

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS DE SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

RICARDO DE ANGELIS COLLI

ECONOMIA SOLIDÁRIA: IMPASSES E DESAFIOS

SOROCABA/SP
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS DE SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

RICARDO DE ANGELIS COLLI

ECONOMIA SOLIDÁRIA: IMPASSES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Profa. Dra. Kelen Christina Leite

SOROCABA/SP
2014

Colli, Ricardo De Angelis

ECONOMIA SOLIDÁRIA: IMPASSES E DESAFIOS / Ricardo De
Angelis Colli. -- Sorocaba, 2014

73 f. : il. ; 28 cm

Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências
Econômicas - UFSCar, *Campus* Sorocaba, 2014.

Orientadora: Kelen Christina Leite

Banca examinadora: Gilberto Cunha Franca, José Eduardo de Salles
Roselino Júnior

Bibliografia

1. Capitalismo. 2. Cooperativismo. 3. Economia Solidária. I. Título. II.
Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 330

RICARDO DE ANGELIS COLLI

ECONOMIA SOLIDÁRIA: IMPASSES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Carlos.

Sorocaba, 03 de dezembro de 2014.

Orientadora

Dra. Kelen Christina Leite

Universidade Federal de São Carlos

Examinador

Dr. Gilberto Cunha Franca

Universidade Federal de São Carlos

Examinador

Dr. José Eduardo de Salles Roselino Júnior

Universidade Federal de São Carlos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, que ofereceu todo suporte e apoio para a realização do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e a minha irmã por me darem a oportunidade de estudar Ciências Econômicas na Universidade Federal de São Carlos.

A todos meus professores do curso de Ciências Econômicas da UFSCar.

A minha orientadora, a Profa. Dra. Kelen Christina Leite.

A banca examinadora da monografia composta pelos membros: Prof. Dr. Gilberto Cunha Franca e Prof. Dr. José Eduardo de Salles Roselino Júnior.

A meus amigos que contribuíram para minha formação acadêmica e como pessoa. Em especial, aos meus amigos: Allan Amaro, Caio Bernardes, Carlos Eduardo Tiseo, Eduardo Chamiço Eline Emanoeli, Felipe Lapietra, Guilherme Piassa, Jhean Martinez, Lucas Balog, Lucas Figueira e Wesley Silva. Todos têm grande participação na minha trajetória dentro da UFSCar e terão ao longo da minha vida profissional.

RESUMO

COLLI, Ricardo¹. *Economia Solidária: Impasses e Desafios*. Trabalho de Conclusão de Disciplina (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

A Economia Solidária constitui-se em uma atividade econômica que se apresenta, para alguns, como alternativa às relações de trabalho e ao modelo de produção e comercialização característicos do sistema capitalista. Neste contexto, é observada a capacidade destas práticas na geração de emprego e renda para as classes marginalizadas da sociedade no interior do capitalismo. A partir das perspectivas teóricas utilizadas, que abrangem o cooperativismo, o modo de regulação fordista/keynesianista, conjuntamente à análise sistêmica do capitalismo e das iniciativas governamentais no fomento à Economia Solidária, buscou-se por meio deste estudo compreender os desafios, contradições e as formas de concepção destas atividades. Pretendeu-se, neste trabalho, verificar o quanto as experiências associadas à economia popular solidária poderiam constituir evidências de uma ruptura com o modo de produção capitalista e, neste caso, como e por quais vias a economia solidária seria transformadora da realidade social e econômica.

Palavras-Chave: Capitalismo. Cooperativismo. Economia Solidária. Iniciativas Governamentais. Produção.

¹ Aluno do oitavo semestre do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Carlos – RA: 380938. Endereço: Rodovia João Leme dos Santos (SP-264), Km 110. Bairro Itinga. CEP: 18052-780, Sorocaba/SP. Telefone: (15) 3229-6000. E-mail: ricardo.a.colli@gmail.com

ABSTRACT

For some authors, the Solidarity Economy constitutes an economic activity presents as alternative labor relations and to the production and commercialization model characteristics of the capitalist system. In this context, it is observed the ability of these practices in the creation of employment and income for the society's marginalized classes inside of capitalism. From the theoretical perspective used, including the cooperativism, the keynesian-fordist regulation mode, jointly with the systemic analysis of capitalism and Government initiatives in the promotion of Solidarity Economy, sought by means of this study to understand the challenges, contradictions and ways to design these activities. In this work, it was intended to check how the experiences associated with the solidarity-based economy could constitute evidence of a rupture with the capitalist mode of production and, in this case, how and by whom the solidarity economy routes would be transformative social and economic reality.

Keywords: Capitalism. Cooperatives. Solidarity Economy. Government Initiatives. Production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O capitalismo Brasileiro nas últimas décadas.....	12
2. Economia solidária	30
2.1 O cooperativismo no século XIX.....	30
2.2 Reestruturação capitalista da sociedade.....	37
2.3 (Re) surgimento da Economia Solidária.....	42
2.4 A Economia Solidária no Brasil	46
3. Modo de produção cooperativo e o sistema capitalista	56
3.1 Desafios e limites da Economia Solidária	56
3.2 Economia Solidária: proposta alternativa ou mais uma proposta no seio do modo de produção capitalista?.....	61
CONCLUSÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

O problema inicial colocado por este Trabalho de Conclusão de Curso diz respeito a relação existente entre o modo de produção capitalista e a Economia Solidária, ou seja, é possível tratar a Economia Solidária, como tantos autores o fazem, tomando-a por um modelo de economia alternativo ao modo de produção capitalista ou, devido ao seu próprio modo de funcionamento, a Economia Solidária estaria fadada a algo marginal no interior do próprio modo de produção capitalista?

Tal questão surge a partir de questionamentos advindos de minhas atividades no curso de Ciências Econômicas, tais como as disciplinas de Introdução a Ciência Política, Economia Brasileira e Introdução ao Marxismo, e na minha militância no Movimento Estudantil da Universidade Federal de São Carlos, participando de atividades de formação política e diversos seminários acadêmicos.

Para muitos autores, que veremos no decorrer desta monografia, a Economia Solidária se coloca como modo alternativo ao capitalismo, assim o objetivo geral deste trabalho é, pois, identificar e verificar, na bibliografia e no debate atual, como e por quais vias a Economia Solidária, tem sido vista como possibilidade de se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral e/ou hegemônica de organizar a economia e a sociedade que supere sua divisão em classes antagônicas. Por outro lado far-se-á também o debate a partir da idéia, apresentada por muitos que percebem a Economia Solidária, apenas como mais um modo de gerar trabalho e renda no interior do próprio sistema, fadada, portanto a desempenhar apenas este papel, ou ainda, a partir de uma perspectiva mais crítica à essa experiência argumentam que ela seria, na verdade, mais um modo de o sistema capitalista precarizar ainda mais as relações de trabalho.

Especificamente, objetiva-se compreender os principais pontos que diferem o modo de produção capitalista da Economia Solidária e verificar como se dá a convivência entre o modo de produção capitalista e as práticas ligadas ao modo solidário de produção, ou seja, a inserção dessas experiências concretas de economia solidária em uma economia de mercado.

Para analisar e identificar se o modelo de economia solidária representa uma alternativa anticapitalista ou um modo de produção, gestão e relação de trabalho nos “interstícios” da economia capitalista, proponho, assim, a divisão do trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo examina a mudança no eixo da economia brasileira a partir da década de 1930, passando de produtora e exportadora de café e, predominantemente, agrária, para uma economia em processo de desenvolvimento e consolidação da indústria por meio de um processo marcado pela substituição de importações em um modelo calcado no desenvolvimentismo. No fim dos anos de 1970, este modelo mostra seu esgotamento, dando lugar à “onda” neoliberal instalada durante a década de 1990 no Brasil, no período do governo Collor, revelando um sistema de produção assentado em lucros cada vez maiores, principalmente as empresas transnacionais beneficiadas pela abertura econômica, e no desprezo às questões sociais, o que só acentuou as disparidades já existentes entre ricos e pobres.

O segundo capítulo está dividido em quatro seções. A primeira tem a finalidade de apresentar, historicamente, o surgimento do cooperativismo, no século XIX, e a constituição dos princípios que o modelam e que possuem relações com socialistas utópicos, marxistas e anarquistas.

A segunda seção tem o intuito de descrever o processo de reestruturação capitalista após a Segunda Guerra Mundial. Primeiramente, o Estado é guiado por um modo de regulação e produção fordista/keynesianista, cuja função é promover o pleno emprego e o consumo em massa, cabendo ao poder estatal organizar a economia e garantir serviços públicos à população. A crise de produtividade e da acumulação capitalista ocasiona a exaustão do modelo em questão, beneficiando, nos anos 70, uma mudança na concepção do desenvolvimento capitalista, considerando o intervencionismo estatal desfavorável ao progresso econômico e a prioridade do indivíduo sobre o coletivo.

Na terceira seção, contextualizo o ressurgimento de um conjunto de ideias e propostas alternativas ao capitalismo neoliberal inserido na América Latina nos anos 1970, 1980 e 1990, fundadas a partir do cooperativismo, mas que ganha a forma de um modelo socioeconômico baseado no princípio da solidariedade, cooperação, democracia e da reprodução ampliada da vida.

A quarta seção deste mesmo capítulo aborda o “surgimento” da economia solidária no Brasil e suas diferentes formas democráticas de produção e comércio, configurando-se em alternativas que visem à geração de emprego e renda.

O terceiro capítulo, dividido em duas seções, expõe a debilidade das formas solidárias de produção se ratificarem como alternativa de desenvolvimento à economia capitalista.

1. O Capitalismo Brasileiro das últimas décadas

O século XIX marca, para a América Latina, a formação dos Estados Nacionais, entre os quais o Brasil, que inicia seu último ciclo econômico de caráter mercantil-escravista: a economia cafeeira. A queda do monopólio metropolitano e o capital mercantil colonial impulsionaram a gestação da empresa cafeeira nacional, ficando estabelecida uma economia nacional, porque tanto o sistema de produção do café, assim como o sistema comercial-financeiro é controlado nacionalmente. A economia cafeeira continua dominada pelo capital mercantil nacional, produzindo em larga escala por meio do trabalho escravo, cuja reposição é realizada a um menor custo, portanto é mais rentável ao empresário do café (FURTADO, 2007; MELLO, 2009).

A mudança para uma sociedade de trabalhadores assalariados constitui-se, no sentido que a propriedade da força de trabalho passa do senhor de escravos para o indivíduo libertado. Celso Furtado em seu livro *Formação Econômica do Brasil* expõe que, mesmo depois da abolição do trabalho escravo não houve modificações do sistema de produção, que continuava exportador, e na distribuição de renda, isto é, a sociedade continuaria formada por classes extremamente distintas quanto ao fluxo de renda: fazendeiro ou proprietário da terra, fonte de poder político e que retêm parte da renda para ampliar seu capital, e os trabalhadores assalariados, que utilizam a maior parte ou quase toda renda para consumo (FURTADO, 2007).

Deste modo, até os anos de 1930, a economia brasileira foi basicamente primário-exportadora, sendo assim, estava completamente vulnerável às oscilações das economias e dos mercados dos centros hegemônicos. Este modelo exportador entrou em crise nos anos de 1930, com a grande depressão mundial, obrigando o país a voltar-se sobre si mesmo e a desenvolver novas atividades produtivas. Iniciando-se, desta forma, um longo processo de substituição de importações, por meio da produção nacional, assegurada pela reserva de mercado obtida através de proteção cambial e tarifária.

O contexto da década de 30, do século XX, demonstrava, portanto a necessidade de um redirecionamento do eixo dinâmico da economia brasileira. Para Furtado (2007):

[...]. Ao produtor de café pouco lhe interessava que a acumulação de estoques fosse financiada com empréstimos externos ou com expansão de crédito. A decisão de continuar financiando sem recursos externos a acumulação de estoques, qualquer que fosse a repercussão sobre a balança de pagamentos, foi de conseqüências que na época não se podiam suspeitar.

Mantinha-se, assim, a procura monetária em um nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação de renda. (FURTADO, 2007, p. 283).

A mudança da estrutura da economia brasileira de um sistema agro-exportador para uma economia voltada ao mercado interno ratifica que, entre os anos de 1930 até por volta do fim da década de 1950, houve uma redução da participação da demanda externa na determinação do nível de renda da população. As inversões passaram a ser destinadas a ampliar a capacidade produtiva, visando prover a demanda nacional, antes atendida pelas importações.

A economia nacional passa a ser mais autônoma: menos dependente da renda das exportações; menos subordinada aos produtos importados para abastecer o mercado interno, pois tem-se um semblante mais industrial; e o nível de emprego sofre menos oscilações com a procura externa (FURTADO, 2007).

A estrutura produtiva brasileira deixava para trás seu caráter altamente especializado de desenvolvimento para fora passando a votar-se para si, neste processo destacam-se fatores substanciais: a inserção do processo de industrialização (crescimento industrial) e a inadequação do mercado de trabalho frente às novas exigências; o desenvolvimento da economia capitalista industrial e ausência de um setor financeiro capaz de financiar a acumulação industrial que é distinta do processo de industrialização, e ausência de um setor de bens de capital e insumos básicos. (MELLO, 2009; TEIXEIRA, 2000).

Evidentemente, segundo Mantega (1995) nem tudo se revelou fácil para consumir o crescimento industrial no país, pois dificuldades foram encontradas na importação de técnicas “avançadas” dos países desenvolvidos, visto que a disponibilidade dos fatores de produção e a escala produtiva eram completamente diferentes nas nações latino-americanas. Outro empecilho residia no caráter periférico da economia, assentada na divisão internacional do trabalho, que expunha nossa debilidade quanto à insuficiência de acumular capital de forma endógena.

Entre os anos de 1933 e 1955, a economia nacional apresentou o que se pode chamar de industrialização restringida, a partir de um novo modo de acumulação. É neste espaço de tempo que o processo de acumulação de capital passou a se sustentar de acordo

com avanço industrial e a mais-valia industrial se tornava a principal forma de valorização do capital (MANTEGA, 1995).

O novo padrão de acumulação se notabiliza por um procedimento autógeno:

(...) em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. (MELLO, 2009, p. 89-90).

Com a crise das economias “centrais” nos anos posteriores a Grande Depressão, as inversões monetárias desses países em direção a outros mercados sofreram fortes restrições, o que se perpetuaria até a Segunda Guerra Mundial, em que a acumulação se destinaria a apoiar a indústria militar. Além do que, seguidamente, o cenário internacional se definiria pela exportação de capitais dos Estados Unidos para os países “centrais” europeus e o Japão. Coube ao Estado brasileiro promover investimentos que amenizassem os gargalos de transporte e energia para fomentar a cadeia produtiva industrial (MELLO, 2009).

O chamado processo de substituição de importações, iniciado nos anos de 1930, promoveu as atividades industriais e permitiu a ampliação das oportunidades de investimentos e, em consequência, a manutenção e mesmo aceleração da taxa de crescimento econômico por determinado tempo. Esse período estende-se até 1955 constituindo o processo de industrialização restringida, restringida, justamente porque, visava à consolidação da indústria leve e a uma implantação limitada de algumas indústrias de bens intermediários e de bens de capital (TAVARES, 1972).

É apenas durante os anos de 1956 e 1961, no governo de Juscelino Kubitschek, que modificações mais profundas ocorrerão na economia e, especificamente, no setor industrial com a implantação da indústria pesada e um considerável avanço tecnológico sucedido pela fase de industrialização restringida, que possibilitaram a ampliação da capacidade produtiva da indústria de bens de produção e bens de consumo duráveis. Inclusive, alterou o padrão de acumulação de capital, que nesse momento passava a ser puxado pelo sistema produtivo industrial.

É nesse sentido que o Plano de Metas visava reunir recursos para aumentar a escala de acumulação de produção industrial, coordenando a integração entre diferentes setores da economia, mas com uma nova perspectiva quanto ao investimento em infraestrutura, deixando de lado a iniciativa privada e mitigando os gargalos da integração nacional por meio de investimentos estatais. Caberia ao setor privado nacional e estrangeiro a responsabilidade pela produção industrial que era incentivado pela formação de linhas de crédito, especialmente vinculadas ao BNDE, com prazos generosos de devolução e juros mais baixos, quando não eram negativos; havia a possibilidade de contrair empréstimos no exterior com aval governamental; concessão de taxas cambiais favoráveis e isenções fiscais; e o uso de medidas protecionistas para assegurar mercado interno. Assim, a lógica do governo Kubitschek era transportar para o Estado o planejamento e a execução de atividades menos lucrativas da economia, dependentes de grandes inversões e períodos longos de maturação, ficando a cargo dos empresários as atividades mais rentáveis (MANTEGA, 1995).

O papel do Estado no “boom” industrial brasileiro deve ser visto como fundamental, quanto ao investimento realizado em infraestrutura, mas limitado, quanto a instalação da indústria pesada, sendo efetuada, em conjunto com o capital estrangeiro de grandes empresas internacionais. Empresas que estabeleceram, em solo nacional, unidades produtivas para explorar as incapacidades da burguesia industrial nacional, que não possuía condições de fazer grandes inversões para financiar as bases técnicas necessárias a implantação das indústrias de base e apresentava um baixo poder de acumulação, bem como a debilidade do Estado no aspecto gerencial (inexperiência em fazer o papel de empresário). Portanto, restou ao capital privado nacional comandar um conjunto de empresas pequenas e médias do setor de bens de consumo (MELLO, 2009).

O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, portanto, deu um grande impulso à industrialização pesada no país com indústrias formadas por transnacionais, estatais e privadas nacionais. Sumariamente, o Plano postulava investimentos diretos do governo no setor de energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo, bem como estímulos ampliados para a expansão e diversificação do setor secundário. O Plano de Metas deu forma ao longo processo de diversificação industrial também denominado desenvolvimento por substituição de importações. Desta forma, coube ao Estado um papel essencial na criação de condições para o desenvolvimento do novo modelo de acumulação, baseado na industrialização.

O governo de João Goulart, instaurado em 1963, coincide com um acirramento da luta de classes no país, e a emergência no palco político, de antagônicos interesses sociais.

O desenvolvimento capitalista começava a perder força e os conflitos entre trabalhadores e burguesia, pela apropriação da renda, acentuavam-se. A esquerda lutava pela reforma agrária e urbana, pelo controle das remessas de lucro ao exterior, enquanto a direita pregava que a democracia e a liberdade estavam em perigo, por conta de um governo que, segundo eles, inclinava-se para uma República de Sindicalistas Nacionalistas radicais, mero disfarce dos comunistas (SADER, 1998).

O golpe militar de 1964 foi, portanto, centralmente dirigido contra os trabalhadores e a esquerda. Os trabalhadores sofreram com a decretação de um arrocho salarial, a multiplicação do desemprego e a deterioração das suas condições de vida, e a esquerda foi sendo desarticulada por conta das perseguições, prisões, tortura e morte dos seus líderes.

A grande burguesia brasileira participou do golpe consolidando uma firme unidade interna das classes dominantes que, naquele momento, sob pretexto de defesa da liberdade e democracia, conseguiram levar atrás de si amplos setores das camadas médias urbanas.

Em comum a todos os mandatos dos presidentes militares estava a ideologia de segurança e desenvolvimento nacional, sendo esta última caracterizada na expressão “modernização conservadora”.

Mantega (1995) discorre do modelo econômico adotado durante o regime militar da seguinte forma:

Do lado oposto a todas essas teses e autores mencionados, que se situavam, *grosso modo*, numa posição crítica ou à “esquerda” das propostas convencionais de desenvolvimento, estavam os mentores intelectuais do que se poderia chamar de Modelo de Desenvolvimento Brasileiro, posto em prática a partir do golpe de 1964 e vigente até os nossos dias do ponto de vista de suas proposições fundamentais. Coube a esses pensadores mais conservadores adaptar os princípios da teoria neoclássica liberal à necessidade de uma grande intervenção do Estado numa economia de acumulação incipiente, seja por meio do suporte direto e indireto à acumulação privada, seja por meio da implantação de empresas estatais e, sobretudo, a partir da firme regulação da força de trabalho, restringindo salários e potenciando lucros. Dessa forma, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, os principais expoentes dessa corrente, inovavam em relação aos ensinamentos básicos de seu mestre Gudin, que via com maus olhos essa “estatização” da economia brasileira. Garantiam, entretanto, as condições de maximização da acumulação monopolista em grande escala. (MANTEGA, 1995, p. 16-17).

Nem antes do golpe militar de 1964 o progresso social havia alcançado resultados relevantes quanto a geração de emprego e distribuição de renda. A economia

brasileira baseado no setor exportador e acumulação monopolista por parte da burguesia cafeeira impedia a melhor ocupação e aproveitamento da terra e pressionava o salário dos trabalhadores para baixo devido a excessiva quantidade mão-de-obra. Logo depois, com a inserção de um processo de industrialização substituindo a importação de manufaturados dos países “centrais” com o desenvolvimento “para dentro”, formar um mercado consumidor, pensou-se que o setor industrial promoveria uma dinâmica de acumulação diferente da economia exportadora, o que não aconteceu. Este desvio do eixo da economia nacional defendido pela Comissão Econômica para a América Latina visando uma dinâmica de renda e acumulação para os centros urbanos favoreceu o avanço econômico da nação, mas não implicou em mudanças nas condições sociais para a maioria da população.

Com a instauração do regime ditatorial, a política econômica brasileira passou a ser conduzida de acordo com o pensamento econômico conservador. Castello Branco, primeiro presidente da ditadura militar entre os anos de 1964 e 1967, teve como principal objetivo o combate à inflação, pois o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) detectava que a raiz da crise econômica vinda do período João Goulart era justamente a inflação. Assim, para se atingir o crescimento sustentado era preciso conter o processo inflacionário de forma austera, visando realinhar a economia brasileira na direção da livre iniciativa, com apoio do empresariado entusiasmado pelas expectativas de crescimento definidas pelo governo (DINIZ, 1994; MACARINI, 2006).

O conjunto de políticas praticadas na primeira presidência da ditadura militar proporcionou armazenar recursos em virtude da orientação contracionista na economia e da oferta de crédito financiada pelos fundos de poupança dos trabalhadores citadas anteriormente, desejando alocar o capital acumulado no setor produtivo. Contudo, isso não se materializou de forma imediata no aumento produtivo do país, confirmando que a crise orçamentária e as medidas de estabilização vindas desde o começo dos anos 60 ainda não havia cessado e que os arranjos institucionais para captação de recursos só surtiram efeitos nos anos seguintes com o “milagre econômico”.

Na primeira fase da ditadura, o governo apostou em uma política que combinava juros altos, levando à contração monetária, corte nos gastos públicos e uma drástica política de compressão salarial que, se por um lado, aliviou as empresas no que se refere aos custos, por outro reduziu a demanda corrente. O panorama econômico era ainda agravado pela alta dos preços agrícolas, a manutenção das expectativas inflacionárias e a

inflação “corretiva”, retirando subsídios ou incentivos governamentais a determinados produtos, redundando também em aumentos de preços (MACARINI, 2006).

Para Delfim Netto, ministro da Fazenda entre os anos 1967 e 1974, o diagnóstico da inflação pelo PAEG estava equivocado, pois sua natureza seria tanto da demanda quanto do crescimento dos custos pelo lado da oferta. Portanto, a política econômica sob o comando de Delfim Netto considerava inconsistente a existência de uma única causa para inflação brasileira. Apesar de defender e aplicar uma política econômica heterodoxa para economia, buscando alavancar as taxas de investimento e dar estabilidade ao crescimento industrial, Delfim mantinha a convicção ortodoxa de que a inflação era prejudicial ao desenvolvimento.

[...] para Delfim, as oscilações conjunturais experimentadas pela economia, afetando negativamente os determinantes das decisões de investimento (a taxa de lucro esperada, a disponibilidade de fundos, expectativas de ampliação da demanda futura), comprometiam a própria possibilidade de retomar um desenvolvimento sustentado. Assim, o objetivo prioritário colocado pela nova administração foi a estabilização do crescimento industrial em torno de sua tendência de longo prazo, erradicando o *stop and go* responsável pelo fracasso em conciliar a desinflação progressiva com a retomada segura do desenvolvimento econômico. Mas não se entenda que o objetivo da redução da inflação tenha sido abandonado, pois Delfim compartilhava a percepção ortodoxa de que a inflação tem efeitos contraproducentes para o desenvolvimento. [...]. (MACARINI, 2006, p. 459).

As mudanças de direção nos rumos da economia em relação ao PAEG são percebidas com uma política fiscal mais negligente quanto ao déficit orçamentário, aproveitando-se de um setor retraído e com intuito de reativar a economia a partir do incentivo ao consumo e do estímulo à exportação por meio da isenção de impostos indiretos e minidesvalorizações cambiais, assim como uma política monetária de viés expansionista, com ampliação real da oferta de moeda e crédito mesmo que o patamar inflacionário tenha se mantido inalterado, jogando para o futuro a sua contenção (DINIZ, 1994; MACARINI, 2006).

O pensamento heterodoxo no comando da política econômica, porém durou apenas os dois primeiros anos do governo Costa e Silva. A mudança da política delfiniana refletiu a incerteza se o crescimento econômico conquistado nos anos de 1967 e 1968 foi suficiente para tornar a recuperação da economia sólida. Causando insegurança e incerteza das autoridades econômicas, além do medo de um possível retorno da crise que abateu o Brasil entre os anos de 1963 e 1967.

Esta insegurança do regime se traduz, também, no Ato Institucional Número Cinco, o AI-5, que retirava de vez a liberdade de manifestação, que tornava a liberdade

cerceada ou vigiada, recrudescimento a censura da mídia, sindicatos e universidades e a suspensão do habeas corpus para crimes políticos, o que levaria muitos militantes ao exílio. É nesta conjuntura, que a política econômica heterodoxa de estabilização do crescimento é substituída pela retomada da visão ortodoxa de que o inimigo ou meta principal é o combate à inflação.

O diagnóstico que fundamentara em suas grandes linhas a política econômica no biênio 1967-1968 é agora posta à margem — ainda que se veja preservado como passagem retórica. De heterodoxamente expansiva, perseguindo a estabilização do crescimento, a política econômica assume em 1969 traços explicitamente restritivos, voltada para o propósito de impor substancial redução à taxa de inflação. A possibilidade mesma de um crescimento econômico sustentado é atrelada à consecução do êxito no combate à inflação. (MACARINI, 2006, p. 459).

O fim do governo do ditador Costa e Silva se deparou com o resultado decepcionante da política de controle da inflação do último ano. Entretanto, a fase que se denominara “milagre econômico” ainda não havia acabado, assim coube ao próprio Ministro da Fazenda Delfim Netto a incumbência de recolocar o Brasil, no governo do ditador Médici, na direção do crescimento econômico e, conseqüentemente, prometendo a duplicação da renda per capita em 1970.

No governo do ditador Emílio Garrastazu Médici, a crise do petróleo em 1973/1974 e uma conjuntura internacional desfavorável selaram o fim do “milagre econômico” e impuseram o início de uma fase de estagnação na economia nacional. Com o choque do petróleo, elevaram-se os juros internacionais e o preço das matérias primas contraiu-se a demanda externa (mercados consumidores) em razão dos déficits acumulados pelos balanços de pagamentos, causando uma redução da liquidez, o que fez com que a balança comercial brasileira obtivesse um saldo negativo.

Além do mais, a queda do nível de atividade e a grande saída de divisas relacionada ao déficit na balança comercial diminuiu o capital disponível para investimento. O aumento no déficit das contas correntes foi compensado por volumosos empréstimos externos, o que gerou uma expansão da dívida externa (CASTRO; SOUZA, 1985; DINIZ, 1994).

O que sustentava o “milagre econômico” era ambiente externo favorável. Com o aumento dos preços do petróleo em 1973/1974, o sistema financeiro internacional adotou como medida a injeção de liquidez, gerando grande especulação nos mercados internacionais e aumento dos preços dos produtos primários. O Brasil sofreu um grande impacto com o aumento do preço do produto, acarretando em uma preocupante situação devido as escaladas

das taxas nominais e reais de juros. Esta crise iniciada pela explosão dos preços (efeitos inflacionários para a economia) foi o fator mais importante na interrupção do desenvolvimento econômico acelerado nos anos anteriores, reduzindo a renda real brasileira, freando a euforia do milagre e suas expectativas de crescimento de 10% ao ano.

A ascensão de Geisel ao poder foi marcada pelo início de dismantelamento do regime ditatorial com a vitória nas eleições de 1974 do MDB sobre a ARENA para o Congresso Nacional e pela incumbência de enfrentar as dificuldades encontradas na economia brasileira, entre 1974 e 1975, em um cenário de crise internacional, onde os esforços deveriam se concentrar na tentativa de recuperar o crescimento da economia brasileira, em especial o setor industrial, conter o aumento da taxa de inflação, adotar uma política de estímulo as exportações mediante um câmbio desvalorizado e aumentar a taxa de poupança a fim de ajustar o saldo da conta corrente (DINIZ, 1994).

Em 1974, o ditador Geisel implantou uma política monetária e fiscal contracionista com intuito de desaquecer a economia e promover um ajustamento ao choque do petróleo. A política macroeconômica, adotada pelo ministro Mário Henrique Simonsen, tinha o caráter de manter a inflação dentro de limites toleráveis e preocupação com o desequilíbrio externo, pois a economia brasileira continuou importando petróleo e matérias-primas para manter o crescimento, sem repassar integralmente os aumentos dos preços destas importações aos preços domésticos, optando pelo endividamento em petrodólares (CASTRO; SOUZA, 1985).

No período anterior, expandiu-se demasiadamente a importação de bens de capital e as autoridades econômicas viam a necessidade de encorajar a produção de bens de capital por empresas nacionais, juntamente com a ênfase em autonomia tecnológica. Este conjunto de readaptações na economia seria realizado a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em 1975, no qual seguiria as seguintes orientações: consolidar uma economia moderna e fortalecer a indústria privada nacional por meio da criação de novas tecnologias, desenvolvendo os setores de bens de capital e bens intermediários (reformulação da política de substituição das importações); ajustar a balança comercial pelo incentivo às exportações; implementação de grandes projetos governamentais, como programas de construção de rodovias, usinas hidrelétricas e nucleares, e indústria siderúrgica; quanto a parte administrativa, Geisel transformou o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral em Secretaria do Planejamento (SEPLAN), órgão de assessoramento da Presidência e criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE); por fim, no campo

social, promover o desenvolvimento social, assegurando consideráveis aumentos de renda de toda classe trabalhadora, em especial a classe média, e eliminar, no curto prazo, a pobreza absoluta (CASTRO, 1885; DINIZ, 1994).

A execução do plano dependia da presença ativa do Estado, funcionando no papel de empresário. O crescimento da demanda seria estimulado pelos grandes investimentos em empresas estatais (Eletrobrás, Petrobrás, Embratel e Sidebrás) mediante o endividamento externo, isto é, um processo de “estatização da dívida”, que foi resultado da venda de títulos da dívida interna, elevando a taxa de juros doméstica, ficando maiores que os juros internacionais, tornando-se oportuno tomar empréstimos do exterior e o BNDE, uma das agências de apoio à política industrial nacional, ficaria responsável pela concessão de crédito subsidiado ao setor privado. Outras medidas adotadas no âmbito de conciliar o incentivo à empresa nacional era o controle seletivo de importações, através da Cacex e uma política industrial coordenada e integrada que distribuisse os incentivos fiscais de acordo com as prioridades estabelecidas (CASTRO, 1985; DINIZ, 1994).

A implantação do II PND estava subordinada a situação da economia internacional, em decorrência da necessidade de empréstimos externos para financiar a produção no Brasil. Outro fator relevante para o insucesso do plano foi que dos seus principais eixos, senão o principal, o setor de bens de capital, enfrentava a concorrência interna de empresas estrangeiras subsidiárias de multinacionais operando neste ramo industrial. Por fim, a combinação de inflação e o déficit no balanço de pagamentos tornaram difícil perdurar a consecução das políticas de defesa da indústria nacional (CASTRO, 1985; DINIZ, 1994). Mesmo após a derrocada do II PND, o governo continuou a restringir importações e fomentar o aumento das exportações para obter divisas que paguem os juros e o serviço da dívida externa.

O último governo do regime militar, presidido pelo General João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), foi marcado por contradições, convivendo com momentos de crise/recessão e prosperidade ou autoritarismo e democracia. Este espaço de tempo pode ser analisado separadamente, a partir de situações econômicas distintas: ajustamento moderado entre 1979 e 1980 como um princípio de resposta ao segundo “choque” do petróleo e ao “choque” das taxas de juros internacionais; recessão e um forte ajustamento ortodoxo, seguindo as premissas do FMI, entre 1981 e 1983, em decorrência da dívida externa disparar, levando ao pedido de moratória do Brasil e outros países latino-americanos; por fim, uma economia que apresentava sinais recuperação em 1984. Na política, após o conjunto de

medidas autoritárias que ficou conhecido como “Pacote de abril” (1977), o processo de “abertura” política, já iniciado em meados dos anos 70, culminando na redemocratização do país passou a ser exigidos pela sociedade brasileira (BRESSER-PEREIRA, 1985).

A gestão econômica, que se orientava pela expansão dos gastos e controle de preços para sustentar crescimento econômico e conter pressões inflacionárias, mesmo que enfrentando o problema do endividamento externo e uma economia desajustada. No segundo semestre de 1980, o ajustamento ortodoxo via recessão se iniciou de forma moderada, seguindo as premissas do Fundo Monetário Internacional (FMI), como a brusca contração fiscal e monetária, aumento da taxa de juros, redução dos investimentos privados e públicos, busca incessante em reduzir as importações e obter o superávit comercial.

O ajustamento foi mais radical no ano de 1981 como consequência do aumento das obrigações financeiras em função dos juros da dívida que se elevaram entre os anos de 1979 e 1981. Nesse momento, juntamente com o crescimento da dívida externa ocorre uma escalada da inflação, que tem origem não na demanda, o que faz com que ela seja pouco sensível a uma política econômica recessiva. Ela é considerada inercial ou autônoma, porque empresas e trabalhadores repassam automaticamente os aumentos dos custos aos preços de maneira defasada, portanto sendo independente do lado da demanda.

Dentro desse ambiente instável, trabalhadores do setor privado e da máquina pública são demitidos e a renda per capita mantinha-se estagnada. As reservas brasileiras diminuem consideravelmente, pois sem empréstimo externo, estas são utilizadas para o pagamento da dívida. Sem alternativa, o Brasil recorre ao FMI, que em acordo com os bancos credores aceitam suspender o principal da dívida e renegociá-la. Em 1983, o país se compromete a cumprir o receituário ortodoxo do FMI, enfatizando o ajustamento e não o financiamento (BRESSER-PEREIRA, 1985).

Este conjunto de fatores levou a recuperação da economia brasileira, fazendo com ela voltasse a crescer em 1984 sob os princípios contracionistas do FMI. Mas, como já colocado, este ajustamento implicou em saldos positivos para a economia, porém não para a esfera social. Muitos trabalhadores perderam o emprego ou tiveram seus salários reais reduzidos no processo de ajustamento, que refletiu a perda de soberania do governo sobre a política econômica.

No campo político, é em 1984 que se instala no país o sentimento, aprofundando na campanha, pelas eleições diretas. O retorno ao pluripartidarismo e a vitória de muitos governadores opositores ao regime militar nas eleições de 1982 contribuíram para a

expectativa de mudança nos rumos políticos, enfatizando ainda mais a necessidade da redemocratização, o que pode ser medido por uma campanha interpartidária e interclassista, com a união da burguesia, classes médias tecnoburocráticas e classe operária.

Acontece, entretanto, que o pacto autoritário-capitalista-tecnoburocrático foi rompido. Os trabalhadores e setores mais amplos das classes médias conquistaram o direito de participar do processo político. Tornaram-se sócios, ainda que sócios menores, do novo pacto político informal — o pacto capitalista democrático — que vem se formando desde o ‘pacote de abril’ de 1977. (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 19-20).

Para Nakatani e Oliveira (2009) o processo de transição democrática teve como principal determinante a crise fiscal brasileira no período de ajustamento, sendo consequência do esgotamento do modelo de substituição das importações e do esgotamento de recursos para financiamento dos problemas enfrentados pelo Brasil ao longo dos últimos anos. A insatisfação da população com a debilitada condição econômica e social do país foi canalizada na luta pela redemocratização e instalação de eleições diretas.

O fracasso das políticas econômicas praticadas na ditadura militar agravou, ainda mais, a desigualdade de renda presente na sociedade brasileira simbolizada por um Estado a serviço dos interesses privados, como a estatização da dívida externa ou a desorganização na promoção de bens públicos.

A aceleração da inflação desde no início dos anos de 1980, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) fez com que em 1986 se tentasse equacionar o problema através de um choque heterodoxo, o Plano Cruzado. Dentre as medidas do plano estavam: o congelamento de preços finais e salários; a criação de uma nova moeda, o cruzado, e introduziu um reajuste automático aos salários toda vez que a inflação superasse 20%, este mecanismo foi chamado gatilho. No entanto, mesmo que reduzindo a inflação, que era de 242,7% em 1985 para 61% em 1986, o impasse da estabilidade monetária não havia sido solucionado. O insucesso do plano refletiu a incapacidade das autoridades econômicas em reconhecerem que seria um excesso de ousadia em zerar a inflação, a dificuldade de controlar o déficit fiscal com a impossibilidade de contar com ajuda externa e incompatibilidade de abaixar a inflação mediante salários reais crescentes à custa da margem de lucro (NAKATANI; OLIVEIRA, 2009)

Outros planos, que sucederam o Plano Cruzado, não obtiveram êxito no propósito de reprimir o processo inflacionário: o Cruzadinho, em julho de 1986; o Cruzado II, em novembro do mesmo ano; o Plano Bresser, em junho de 1987; o programa denominado “arroz com feijão”, do então ministro Máílson da Nóbrega; e o Plano Verão, inclusive com

uma nova troca de moeda, em janeiro de 1989. Em paralelo ao combate a inflação, que predominou o discurso econômico da segunda metade dos anos 80 e durante a década de 90, a ideologia liberal, consolidada internacionalmente, passou a ser difundida e defendida pelos intelectuais brasileiros. Esta ideologia, fundamentada por um conjunto de princípios estabelecidos em uma cartilha denominada Consenso de Washington, determinou a orientação da política econômica que seria implementada no Brasil a partir dos anos 90 (NAKATANI; OLIVEIRA, 2009).

No fim dos 80, as economias latino-americanas que adotaram como modelo econômico o nacional-desenvolvimentismo, baseado na teoria econômica do desenvolvimento e na teoria econômica estruturalista latino-americana manifestada pelas teses da CEPAL, apresentavam uma situação econômica combinando dez anos de crise da dívida externa e elevadas taxas de inflação. Houve então, uma redefinição de suas políticas econômicas, subordinando-as às políticas macroeconômicas de viés ortodoxo oriundas do Consenso de Washington, destacando a desregulação dos mercados, as altas taxas de juros, a cíclica sobrevalorização das moedas nacionais e ampliação da poupança externa (BRESSER-PEREIRA, 2012).

O ponto de partida para a análise da economia latino-americana, sobretudo a brasileira, e os planos macroeconômicos de estabilização elaborados na década de 1990 tem como referência as recomendações estabelecidas para o ajustamento de economias periféricas pelo chamado Consenso de Washington, acordado por órgãos como o FMI, BIRD e o governo dos Estados Unidos. O que o “Consenso” se propôs a realizar é que pode se chamar de Estado Mínimo, isto é, o Estado deve interferir o menos possível na economia, impondo um rígido ajustamento fiscal por meio da redução de gastos públicos e um sistema tributário com uma base de incidência mais ampla e com imposto de renda menos progressivo (FILGUEIRAS, 2006).

Do ponto de vista fiscal, o “Consenso” propugnou, enfaticamente, uma rigorosa disciplina orçamentária, através da contenção de gastos públicos, que deveriam se restringir à manutenção de um “Estado Mínimo”, e a realização de uma reforma tributária — que privilegiasse, sobretudo, a ampliação da base de incidência dos tributos e não o seu aumento e que tivesse menor progressividade do imposto de renda e maior contribuição dos impostos indiretos — sem maior consideração sobre a questão fiscal. (FILGUEIRAS, 2006, p. 95).

O conjunto de medidas preconizadas pelo Consenso de Washington era favorável à entrada indiscriminada de capitais “produtivos” externos sob a justificativa de elevar a produtividade, a competitividade, a introdução da economia no mercado

internacional e o crescimento autossustentado. Como resultado, a orientação economia neoliberal disseminou o processo de globalização financeira, que ampliou a quantidade de capitais especulativos, constituindo um mercado financeiro internacional e integrado.

Fernando Collor de Mello assumiu a presidência do Brasil com um cenário de inflação “galopante”. O projeto neoliberal de Collor propunha uma reforma administrativa com a diminuição do tamanho do Estado por meio do fechamento de órgãos públicos e das privatizações de empresas estatais, cuja intenção era à reestruturação produtiva da economia, tornando-a mais eficiente e mais competitiva.

No que diz respeito à abertura comercial e financeira, o capital estrangeiro seria estimulado a participar do desenvolvimento nacional e propiciar a inserção competitiva do Brasil na economia internacional. Para facilitar a atuação do setor privado nacional e multinacional, o governo reduziu impostos sobre a importação, bem como eliminou entraves burocráticos às importações e considerou o protecionismo como prática ineficiente. Além disso, o Banco Central teria atuação restrita quanto a regulamentação do sistema financeiro e a elaboração da política monetária, sendo esta de caráter passivo. Na área fiscal, o governo ampliou a incidência do imposto de renda, reduziu gastos e investimentos do setor público, extinguiu incentivos fiscais e proibiu o anonimato em operações financeiras para combater a “economia informal” (NAKATANI; OLIVEIRA, 2009; PAIVA, 1990).

Em janeiro de 1991, o nível de preços voltou a acelerar. Como resposta, o governo encaminhou um novo plano, que centralizava as atenções para o combate à inflação e apontava o excesso de liquidez como responsável pelo seu retorno. O Plano Collor II tinha como principais medidas o controle de operações financeiras, o congelamento de preços e congelamento dos salários. No entanto, o esforço foi em vão, já que no fim do ano a inflação novamente acelerou. Em meio à crise, inclusive com a renúncia da então ministra da economia Zélia Cardoso de Mello, o Congresso Nacional, em 1992, aprovou o *impeachment* do presidente Collor, fazendo com que este renunciasse ao cargo antes da conclusão do processo (NAKATANI; OLIVEIRA, 2009).

Com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco assumiu a presidência da República. O objetivo da nova equipe econômica era lançar um novo plano de estabilização com o compromisso de modernizar a economia e realizar reformas para o aumento de sua produtividade em um país marcado por desigualdades sociais e contrastes regionais e entre setores econômicos.

O objetivo de modernização da economia representou a continuidade da política iniciada com o governo Collor, baseada nas premissas do Consenso

de Washington, para o qual o mercado, uma vez alcançada a estabilização, possui poderes demiurgos para alavancar o crescimento econômico e corrigir as desigualdades econômicas e sociais existentes. [...] ausência do empenho para concluir algumas das reformas propostas, principalmente as que dizem respeito ao quadro instrumental do Estado, pelos conflitos que estas encerram, não guardou qualquer correspondência com a velocidade que foi impressa à abertura indiscriminada da economia, colocando em dificuldades o setor produtivo nacional e abrindo as portas do País para o reinado do capital especulativo.” (NAKATANI; OLIVEIRA, 2009, p. 29).

No campo das reformas administrativas, o processo de privatização foi, na verdade, um processo de transferência do patrimônio público para o capital internacional, em especial nos setores siderúrgico, de telecomunicações e de distribuição de energia. O governo Fernando Henrique Cardoso preferiu pelo tratamento isotônico entre a empresa nacional e a empresa estrangeira e pela desregulamentação de mercados estratégicos ou de importância nacional constituindo um das bases fundamentais do Plano Real. A inserção do capital estrangeiro na economia brasileira era defendida para dar mais eficiência e aumentar a competitividade do setor privado, seja empresa nacional ou multinacional, assim como era uma forma do governo abater suas dívidas (FILGUEIRAS, 2006; NAKATANI; OLIVEIRA, 2009).

Na parte fiscal, a “âncora fiscal” tinha como meta reverter às expectativas inflacionárias e dar sustentação a nova moeda criada, no entanto as medidas de ajuste fiscal consecutivas foram frustradas pela alta taxa de juros praticada pelas autoridades monetárias em virtude das crises do México, Rússia e Ásia.

A combinação de uma política de câmbio sobrevalorizado e taxas de juros elevadas, para sustentar a estabilidade monetária, surtiram efeitos negativos nas contas externas, incentivando a entrada de capitais externos em grande quantidade. Como consequência, os desempenhos da balança comercial e da balança de transações correntes foram prejudicados, aumentando a vulnerabilidade externa, o que transformou a economia brasileira em uma economia de “endividamento”. Sem resultados imediatos na tentativa de redução da inflação e com um endividamento crescente, as autoridades econômicas, na segunda parte do mandato de FHC, decidem aumentar ainda mais as taxas juros para conduzir a inflação para a meta e passam a adotar um esforço fiscal ainda maior, com a intenção de controlar a dívida com o aumento do superávit primário (NAKATANI; OLIVEIRA, 2009).

O início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, enfrentou inúmeras dificuldades e foi praticamente dominado pelas condições econômicas advindas da década de 1990 e de seu antecessor, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Embora se tivesse

atingido, a duras penas, uma estabilidade monetária a dívida/PIB tinha dobrado, o déficit em conta corrente era o dobro do encontrado em outras economias da América Latina, as taxas de juros eram altíssimas, taxas nominais em cerca de 20% e o real, trunfo do governo anterior, havia se desvalorizado em quase 50% no último período (ANDERSON, 2001).

Contudo, uma análise do governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil não é tarefa simples, mesmo porque são várias as interpretações sobre esse governo.

Há, como Anderson (2011) destaca, pelo menos três análises distintas do período. A primeira, marcada pelos políticos e intelectuais de oposição para quem Lula e seu governo encarnariam o que há de mais retrógrado, populista, assistencialista e demagógico na política brasileira. Há, porém, outros olhares sobre o período que merecem destaque: um vindo, particularmente, de André Singer, cientista político que cunhou a expressão lulismo como chave de leitura sobre a psicologia dos pobres brasileiros para quem, segundo ele, a instabilidade é um fantasma, seja qual for a forma que ela assuma e qualquer um que queira lograr um mínimo de sucesso político necessita ter isso presente, nesse sentido o lulismo, consolidado a partir da reeleição de Lula em 2006, teria representado um processo de reforma que avança gradualmente a partir de um pacto conservador, realizado com as elites brasileiras já na coligação para eleição de 2002 quando o Partido dos Trabalhadores se alia ao Partido Liberal tendo em sua chapa para o cargo de vice-presidente um importante empresário do país, pacto conservador este que garante uma reforma sem gerar conflito ou instabilidade, isso é o lulismo.

Assim, para Singer, a ortodoxia do primeiro mandato e em menor grau a do segundo, não poderiam ser analisadas apenas sob a égide de concessões ao capital, ela responderia também às necessidades dos pobres, que ao contrário dos trabalhadores no emprego formal, não podem se defender da inflação, repudiam as greves como uma ameaça à vida cotidiana. (ANDERSON, 2011:35).

O resultado obtido no período é que o capital, e o capitalismo de modo geral, continuaram a prosperar no governo Lula. Os dados do mercado financeiro é uma das provas disso, entre 2002 e 2010, a Bovespa superou todas as outras bolsas de valores do mundo, subindo vertiginosos 523%. O lucro líquido de uma amostra de nove bancos somou 174 bilhões entre 2003-2010, se corrigido pelo IPCA essa cifra salta para quase 200 bilhões de reais, um crescimento de 550% em relação ao período anterior de 1995-2002.

O crescimento do PIB no período Lula foi mais que o dobro do período anterior que, na média, registrou um crescimento de 1.7% de 1995 para 2002, enquanto de

2003 a 2010 o crescimento médio foi de 4% com pico de 7%, caindo durante a crise de 2008/2009.

A distribuição de renda aumentou por meio do programa Bolsa Família e os pagamentos da dívida pública triplicaram. A receita fiscal do país é superior à da maioria dos outros países em desenvolvimento, na faixa de 34% do PIB (DIAS; POCHMANN, 2010). Houve, não apenas uma enorme redução da pobreza, mas uma significativa diminuição da desigualdade, com o índice de Gini, caindo de 0,58% no início do governo Lula para 0,53% no final do governo (IPEA, 2010).

Destaca-se ainda que, para o período, os rendimentos dos 10% mais pobres da população brasileira cresceu o dobro do que os rendimentos dos 10% mais ricos da população brasileira.

Como salienta o próprio Singer (2012) embora seja um grave equívoco desconhecer que o governo Lula cumpriu parte do programa histórico do Partido dos Trabalhadores ao estimular um mercado interno de massa, é verdade que, desconectados de uma postura anticapitalista, os ganhos materiais conquistados levam água para o moinho de um estilo individualista de ascensão social, embutindo valores de competição e sucesso.

O resultado é que os dois mandatos de Lula à frente do Executivo formaram a síntese contraditória possível, se a “estabilidade econômica” foi incorporada como um valor, ela figura, lado a lado, com a defesa da distribuição da renda como núcleo do próximo governo. Trata-se de um capitalismo com forte presença estatal, de distribuição da renda sem confronto (SINGER, 2010:110).

Outra interpretação possível do período é a do sociólogo Chico de Oliveira (2010). Ele não contesta a caracterização feita dos pobres, nem as melhorias obtidas por estes levadas à cabo por Lula, mas coloca questões que se posicionam na margem oposta à de Singer.

Diz que, o assim chamado lulismo, tratar-se-ia

[...] de um fenômeno novo, que exige novas reflexões. Não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil. Suponho também que não se parece com o que o Ocidente conheceu como política e dominação. Não é patrimonialismo, pois o que os administradores dos fundos de pensão estatais gerem é capital-dinheiro. Não é patriarcalismo brasileiro de *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, porque não é um patriarca que exerce o mando nem a economia é “doméstica” [...] Não é populismo, como sugere a crítica da direita, e mesmo alguns setores da esquerda, porque o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. [...] Nada disso está presente na nova forma de dominação (OLIVEIRA, 2010:25-26).

Para Oliveira (2010) ter-se-ia atingido uma hegemonia às avessas. Em sua visão, não seriam os donos do capital e dos meios de produção a manterem uma ascendência moral sobre as classes trabalhadoras, obtendo o consentimento destas à sua própria dominação, mas no lulismo, a fórmula teria se invertido. Seriam os trabalhadores, representados por seu suposto partido que teria obtido o consentimento dos donos do capital e dos meios de produção para sua liderança da sociedade ratificando, com isso, as estruturas de sua própria exploração (ANDERSON, 2011:40/1).

Por outra leitura, Boito (2012) argumenta que os governos Lula e Dilma apresentam uma política neodesenvolvimentista caracterizada por uma política econômica e social que busca crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, mas sem estar livre de medidas de cunho neoliberal. Elementos que se destacam de tal política seriam: a recuperação do salário mínimo e transferência de renda, aumentando o poder aquisitivo dos mais pobres; forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; políticas econômicas anticíclicas, garantindo a demanda em momento de crise; incremento no investimento estatal e infra-estrutura.

Ressalto e reafirmo, porém que ainda que sob o jugo de políticas econômicas restritivas e pela superioridade do jogo de forças de mercado em relação ao intervencionismo estatal, o governo conseguiu alcançar um certo crescimento sustentável, fato que lhe deu reputação e credibilidade. Todavia, é necessário dizer que comparativamente aos demais casos de governos que praticaram com vigor as premissas neoliberais, o primeiro mandato petista tentou conciliar um bom relacionamento entre capital e trabalho.

Neste bojo, em 2003, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e expõe, principalmente, pela ascensão de intelectuais e quadros do PT, compondo a estrutura governamental, como é o caso de Paul Singer. Torna-se evidente a preocupação com o desemprego e a exclusão social efeitos da década anterior, promovendo a viabilização e a coordenação de atividades baseadas no princípio da solidariedade e em um desenvolvimento mais justo, a partir da geração de emprego e renda em todo território nacional.

2. Economia Solidária

2.1 O cooperativismo no século XIX

O século XIX demarca um período chave na expansão do modo de produção capitalista, tendo sido a Inglaterra um *locus* privilegiado de suas relações.

Os trabalhadores devido às péssimas condições de trabalho, as elevadas jornadas, hierarquizações das relações de trabalho, se colocaram nas lutas anticapitalistas desde então.

Em meio ao movimento de resistência operária, sobretudo dos operários das fábricas de tecelagem, irrompe uma proposta de organização do trabalho baseado no cooperativismo, não que este fosse uma proposta original do movimento operário, mesmo porque empresários também deram início a importantes empreendimentos cooperativos, mas quando o cooperativismo ligava-se aos operários ele era demarcado por uma série de características, apresentadas por Leite (2007), tais como:

- 1- A sociedade seria governada democraticamente;
- 2- A sociedade seria aberta com quota mínima de capital igual para todos;
- 3- O dinheiro investido seja remunerado a determinadas taxas de juros;
- 4- Tudo o que sobrasse seria distribuído entre os sócios;
- 5- As vendas seriam à vista;
- 6- Os produtos deveriam ser de boa qualidade;
- 7- Promoção da educação dos sócios aos princípios do cooperativismo;
- 8- A sociedade deveria ser política e religiosamente neutra.

Tais pressupostos encontravam-se à base de uma grande iniciativa e experiência cooperativa que foi a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, que despontou em 21 de dezembro de 1844, tornando-se conhecida como o “Armazém de Rochdale”. Com baixo capital inicial, proveniente da colaboração de seus 28 sócios, a experiência cooperativista inglesa se expandiu baseada em uma proposta tanto teórica quanto prática que buscava se contrapor ao capitalismo (BACIC, 2008). Os envolvidos neste processo eram militantes operários *ownistas* ou *cartistas*. A sociedade seguia alguns princípios que passaram a constar da tradição do Movimento Cooperativista (LEITE, 2007).

Propostas como estas estiveram presentes no pensamento de importantes figuras e contaram com a contribuição inegável dos assim denominados socialistas utópicos,

dentre os quais destacam-se: Robert Owen, Charles Fourier, Willian King, Louis Blanc e Saint-Simon, bem como Joseph Proudhon pelos anarquistas. Tais pensadores defendiam uma sociedade em que relações sociais e econômicas fossem realizadas de modo a satisfazer as vontades coletivas, sem sofrer influência do capital, ou melhor, do capitalista (BACIC, 2008).

Robert Owen, para especificar um dos autores acima mencionados, aos nove anos de idade chegou a trabalhar em uma fábrica, mas aos 19 anos era diretor de uma fábrica de tecidos e aos 21 era sócio-proprietário de um complexo fabril em *New Lanark*. Anos mais tarde, em sua empresa, decidiu ainda na primeira metade do século XIX, limitar a jornada de trabalho de 17 horas para 10 horas diárias, proibir o emprego de crianças (menores de 10 anos) para as quais construiu escolas. Tais iniciativas resultaram, evidentemente, em maior produtividade do trabalho, mas também proporcionaram melhor qualidade de vida aos indivíduos se tomarmos por base sua situação anterior (SINGER, 2003).

Para Owen a divisão dos ganhos do que era produzido nas cooperativas deveria ser empregado na transformação das comunidades ao redor das cooperativas. O desenvolvimento da associação, assim como progresso social da comunidade ou cidade que necessita dos recursos dela para investir na educação, saúde, moradia e avanço tecnológico como forma de aprimorar a qualidade do trabalho e do trabalhador. O Estado, para Owen, deveria regular a economia e incentivar as virtudes de uma sociedade coletivista que caminhasse em direção à cooperação e ao socialismo, pois senão, os capitalistas sustentariam o sistema concorrencial e perverso do ponto de vista social e das relações de trabalho na Europa (BACIC, 2008).

Assim, Owen apresentou ao governo britânico uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego que buscasse resolver o problema das pessoas e restabelecer o crescimento da atividade econômica, proposta esta que previa uma participação mais ativa por parte do Estado na geração e ampliação de emprego e renda.

Seu diagnóstico foi a constatação que a crise e a depressão econômica eram causadas por queda na demanda da produção que, àquela época, estava voltada para a indústria de guerra. Essa queda na demanda acabou por gerar um grande desemprego fazendo com que as pessoas buscassem migrar para a indústria têxtil que, porém, não foi capaz de absorver toda a mão-de-obra disponível possibilitando ainda ao capital jogar com o preço da força de trabalho. Diante de tal situação, a proposta de Owen era a simples revitalização e reinserção dos trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar um salário para gastá-lo no consumo, o que ampliaria o mercado para outros produtos. Assim, ao invés da

simples ajuda para retirar as pessoas da situação de pobreza, Owen propôs que o governo britânico comprasse terras e investisse na construção de Aldeias Cooperativas com cerca de 1.200 pessoas, que trabalhariam na terra e em indústrias produzindo para a própria subsistência trocando os excedentes entre as cooperativas. O raciocínio de Owen mostrava-se coerente e consistente uma vez que, em momentos de crise, se a mão-de-obra estiver desocupada faz cair ainda mais o consumo gerando queda na produção e mais crise (LEITE, 2007).

O governo inglês negou-se a implementar o projeto de Owen, tendo perdido também seus apoiadores na Inglaterra. Dessa forma, Owen partiu para os E.U.A e em 1825, no estado de Indiana, estabeleceu sua Aldeia Cooperativa *New Harmony*, permanecendo à sua frente até 1829, quando, desiludido, voltou para a Inglaterra (LEITE, 2007).

Robert Owen partia do pressuposto, compartilhado com muitos outros pensadores de sua época, que a indústria em si é benéfica, pelo simples fato que consegue baratear os bens de consumo, porém, segundo ele, a empresa deveria ser colocada sob o controle dos trabalhadores e os resultados do trabalho deveriam ser repartidos equanimemente entre os membros da cooperativa. Durante esse processo, o owenismo foi sempre mais assumido pelos trabalhadores tornando-se um movimento de expressão razoável na Inglaterra e, com o tempo, passou a inspirar o nascente movimento das *trade-unions* (LEITE, 2011).

Marx, assim falava a respeito desse processo em discurso inaugural do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864:

Em Inglaterra, a semente do sistema cooperativo foi lançada por Robert Owen. Os trabalhadores do continente tentaram experiências que davam uma conclusão prática a teorias que, não tendo sido inventadas em 1848, foram nessa altura preconizadas bem alto. Estas experiências, levadas a cabo entre 1848 e 1864, provaram indubitavelmente uma outra coisa: por excelente que seja nos seus princípios e por mais útil que se revele na prática, a cooperação dos trabalhadores, enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários se esforçarem suceda o que suceder no que lhes pertence, então a cooperação não será nunca capaz de travar os monopólios que crescem em proporção geométrica. (Marx: 1864, apud NAMORADO, F. 1979, p. 15)

Já na França, a grande contribuição veio de Charles Fourier, filho de uma família de comerciantes de tecido. Sua idéia central era que a sociedade se organizasse de forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. Por sua vez, Étienne Cabet e Louis Blanc pensaram a criação de uma república na qual o Estado, tendo posse dos meios de produção, aparecesse como garantidor da planificação econômica mediante o planejamento anual da atividade e a repartição dos bens

segundo quatro princípios: duas partes conservadas na unidade produtiva, para amortizar o capital e um fundo de socorro; outra parte seria subdividida entre os trabalhadores de uma mesma indústria e, enfim outra parte seria consagrada ao fundo de reserva coletivo que assegurasse a assistência mútua entre todas as indústrias (LEITE, 2005).

Pode-se dizer que o movimento cooperativista possui essas raízes. Alguns, autores, como Singer (2003), denominam esse processo como cooperativismo revolucionário, embora haja inúmeras controvérsias a este respeito, uma vez que o período se caracteriza, sobretudo, como um período de reformas sociais e não propriamente de revolução, embora tenha se evidenciado a ligação essencial do Movimento Cooperativista com uma certa crítica operária e socialista ao capitalismo.

Ainda assim, cumpre destacar que, com isso, Owen e os chamados socialistas utópicos, tiveram importante participação na formação e organização sindical e na política por meio da elaboração de leis trabalhistas, defendendo a redução da jornada de trabalho e a restrição de mulheres e crianças em fábricas (BACIC, 2008).

Por sua vez, Pierre Proudhon, teórico francês de pensamento anarquista, vislumbrava, no cooperativismo, uma forma de emancipação do trabalhador em relação ao patronato como indivíduo subalterno e dependente do salário. Sua idéia consistia em construir uma nova sociedade por meio da libertação do proletariado e a superação do capitalismo, em que a educação, para se buscar essa “nova sociedade”, seria o principal instrumento de transformação de vida para os trabalhadores-cooperados (BACIC, 2008).

Apesar de certas discordâncias e divergências, todos confluíam para organizações que impusessem o fim da força de trabalho assalariada, conjuntamente com a posse dos meios de produção pelos trabalhadores e uma participação direta destes nas tomadas de decisões das empresas, fábricas, empreendimentos, conduzindo a uma lógica cooperativista. Lógica que romperia com divisão entre capital e trabalho e tornaria paritária a responsabilidade de trabalhar, produzir e participar da vida do negócio (BACIC, 2008).

Neste processo inclui-se, também, para alguns, sobretudo os anarquistas, o fim da submissão ao Estado por parte de qualquer cidadão, que deveria auto-governar-se, estabelecendo uma ordem democrática com as mesmas condições sociais para todos. Esta sociedade anarquista, como definida por Proudhon, simbolizaria o estágio final da completa ruptura com a estrutura capitalista, a partir da organização de trabalhadores em cooperativas: agropecuárias, de crédito, de produção industrial, de serviços, etc (BACIC, 2008).

Segundo Germer (2006) abriu-se, a partir de 1848, em fase de disputa, no interior da classe trabalhadora, entre o caminho das lutas meramente econômicas, concentradas, segundo o autor, no cooperativismo e uma luta mais ampla centrada no grande capital.

O primeiro caminho, representado pelo anarquismo (Proudhon, Bakunin e Kropotkin), pelo oportunismo lassaliano caudatário do Estado e, finalmente pelo reformismo no campo marxista (Bernstein e Kautsky), contundentemente criticados por Marx e Engels e, mais tarde, por Rosa Luxemburgo e Lênin. (Germer, 2006, 58)

Por sua vez, ainda falando em cooperativas, Marx, na Crítica do Programa do Partido Operário Alemão - Crítica ao Programa de Gotha, de 1875, afirma que:

Os operários querem instaurar as condições da produção cooperativa à escala de toda a sociedade e, em primeiro lugar entre eles à escala nacional. Este fato apenas significa uma coisa: os operários trabalham para a desagregação das condições de produção atuais. Isso nada tem a ver com a criação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. No que diz respeito às sociedades cooperativas atuais, elas apenas têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas pelo governo nem pelos burgueses (Marx, 1975, p.87)

Aqui, as pontuações de Marx direcionam-se àquilo que se poderia entender como possíveis políticas, por parte do Estado, de fomento e indução das cooperativas de trabalhadores, relações complexas. Tais políticas passaram a ser implementadas no Brasil por meio da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), sob a gestão de Paul Singer, criadas no primeiro governo do então Presidente da Silva. As ações da SENAES não estão voltadas apenas às cooperativas, mas ao vasto leque daquilo que se convencionou chamar de Economia Solidária no Brasil. No entanto, partindo da citação de Marx, acima mencionada, a SENAES teria o problema de ser uma política pensada, na maior parte das vezes, de cima para baixo e não, necessariamente, fruto da criação autônoma dos trabalhadores. Para alguns, como para Singer, ela teria surgido por demanda do movimento da Economia Solidária e estaria a serviço dessas atividades.

Esta indução por parte do Estado apresenta-se, pois como um ponto controverso e, portanto, como um desafio colocado para a Economia Solidária hoje, ou seja, qual sua efetiva relação, quando apresenta-se como germe de proposta alternativa ao capitalismo, com um Estado que, essencialmente, serve a esta sociedade e não a outra.

Ainda assim, Marx reconhece, em 1866, que o movimento cooperativo é uma das forças transformadoras da sociedade baseada no antagonismo de classes.

O seu grande mérito [do cooperativismo] é o de mostrar, na prática, que o sistema atual, despótico e empobrecedor, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser suplantado pelo sistema republicano de associação de produtores livres e iguais (...) Recomendamos a todas as sociedades cooperativas que consagrem uma parte dos seus fundos à propagação dos seus princípios, que tomem a iniciativa de novas sociedades cooperativas de produção e que façam essa propaganda tanto oralmente como através da imprensa com o objetivo de impedir as sociedades cooperativas de degenerar em sociedades ordinárias burguesas (sociedades por ação), qualquer operário empregado deve receber o mesmo salário, seja ou não associado. Como compromisso meramente temporário, transigimos em admitir um lucro mínimo para os sócios (Marx, 1983, p. 121)

Marx, evidentemente, acompanhava o movimento real da sociedade e, ao mesmo tempo em que faz a crítica ao movimento cooperativista como possibilidade de questionamento da ordem estabelecida, compreende que ele também possui um papel importante de ressignificação e, sobretudo, de processo formativo. Tal questão, ou seja, do processo formativo é ressaltada por Singer (1998, 2002) por Gaiger (2009) Laville (2001) e outros.

Com isso ele irá afirmar n' *O Capital* que:

(...) as cooperativas operárias, elas representam, dentro do antigo sistema, a primeira brecha nele aberta, embora reproduzam necessariamente e em todos os seus aspectos, na sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, dentro das cooperativas o antagonismo entre o capital e o trabalho encontra-se superado, embora ainda sob a forma imperfeita: como associação, os trabalhadores são o capitalista deles próprios, o que quer dizer que utilizam os meios de produção para valorizar o próprio trabalho (...) Quer as sociedades capitalistas por ações quer as empresas cooperativas são de considerar como formas de transição entre o modo de produção capitalista e sistema de associação, o antagonismo é superado de maneira negativa e, nas segundas, de maneira positiva (Marx, 1988, p. 148)

Tratar-se-ia de demonstrar que a sociedade experimenta e investe em todos os lugares e de todas as formas, nos interstícios deixados pela grande lógica dominante ou em espaços conquistados a despeito da esfera funcional do sistema, visão essa compartilhada por Singer e pela maioria dos autores nacionais.

Como se percebe a discussão sobre o Movimento Cooperativista esteve sempre presente na tradição marxista, Rosa Luxemburgo, por exemplo, escrevia em 1900, o livro *Reforma ou Revolução?*, texto em que polemiza com Bernstein que preconizava a realização do socialismo pelos via dos sindicatos e das cooperativas. Para Luxemburgo, no entanto, as cooperativas e, sobretudo, as cooperativas de produção são de natureza híbrida, ou seja, uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista pondo-se o

problema da relação com o mercado. Tal assertiva de Luxemburgo, que via problemas na relação das cooperativas com o mercado coloca-se diferentemente para Lênin, por exemplo, que esteve à frente de um processo revolucionário tentando implantar o socialismo em uma sociedade cujas relações de produção mantinham, ainda, laços quase feudais.

Lênin faz uma defesa das cooperativas no contexto em que ele se encontra ressaltando que:

Parece-me que não damos suficiente importância à cooperação. Não penso que todos compreendam que, depois da revolução de outubro e independente da N.E.P, a cooperação adquire entre nós uma importância verdadeiramente excepcional (...). Com efeito, entre nós, sendo o poder de Estado exercido pela classe operária, e detendo o Estado todos os meios de produção, apenas nos falta efetivamente agrupar a população em cooperativas. Logo que a população esteja agrupada o mais possível em cooperativas, o socialismo realiza-se por si próprio. [é, portanto, necessário] conceder à cooperativa uma série de privilégios de ordem econômica, financeira e bancária, é nisso que deve consistir o apoio dado pelo nosso Estado socialista ao novo princípio de organização popular (Lenin, 1980, p. 124)

Percebe-se, portanto, que na tradição marxista há posições, distintas em relação ao cooperativismo. Cabe salientar e ressaltar que tais posições distintas estão demarcadas pelo período histórico em que as posições são externadas.

Se para Marx, diante dos acontecimentos de 1848, a cooperativa se colocava ora como algo intencionalmente positivo, mas não efetivo, pois repleto das contradições e tensões postas, necessariamente pelas relações capitalistas de produção, Luxemburgo salientava as contradições, as mesmas já pontuadas por Marx, da relação das cooperativas com o mercado, questão que se mantém presente hoje e Lênin, por sua vez, externaliza sua concepção em contexto completamente distinto, um contexto revolucionário em que o Estado teria papel importante, uma vez que este não seria mais o Estado burguês.

De uma forma ou de outra, as questões colocadas por estes teóricos clássicos permanecem, ou seja, as cooperativas irrompem, com um desejo de emancipação social, porém no seio da sociedade capitalista tendo que se relacionar diretamente com o mercado e como o Estado, neste sentido ela pode ou não se mostrar como alternativa ao sistema? Elas poderiam fazer parte de um processo lento, mas gradual de transformação social? Elas apenas reproduzem uma lógica existente e, no caso de hoje, ajuda apenas a precarizar, ainda mais, as condições de trabalho?

Hoje, as discussões teóricas em torno da Economia Solidária estão envoltas em todos esses questionamentos colocados outrora para o Movimento Cooperativista, acrescidos

de todas as experiências que compõe um vasto campo de atividades e que se convencionou chamar de Economia Solidária, deixando ainda mais complexas as discussões.

2.2 Reestruturação capitalista da sociedade

Pode-se, minimamente, dizer que a expressão Economia Solidária foi criada na França, no início dos anos de 1990 a partir de pesquisas realizadas pelo *Centre de Recherche et d'information sur la Democratie et l'Autonomie* (CRIDA), tais pesquisas foram coordenadas por Jean L. Laville pretendendo dar conta da emergência de iniciativas e práticas econômicas as mais diversificadas (França Filho e Laville, 2004). Essa realidade se mostra de maneira mais efetiva a partir das conseqüências das políticas neoliberais implantadas a partir de um processo de reestruturação da sociedade capitalista que possui nos anos de 1970 um ponto de inflexão, é importante que, minimamente, esse processo seja aqui retomado para melhor compreensão do que estamos discutindo.

Já em 1995, Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Extremos*, salientava que, na maior parte do tempo, o homem só identifica os períodos excepcionais da história quando eles entram em declínio.

Essa afirmação pode ser válida para se pensar o período comumente reconhecido como os “anos dourados” do capitalismo. A excepcionalidade desse período tornou-se evidente quando a sociedade foi tomada pelas conseqüências da crise que se alastrou pelos países capitalistas durante os anos de 1970 e que, posteriormente, atingiu outras economias, sobretudo, a partir da profusão das políticas de caráter neoliberal que se fizeram sentir praticamente no mundo todo e, particularmente, nas economias latino-americanas, com especial impacto Brasil e que, para muitos autores, as conseqüências de tais políticas contribuíram para o desenvolvimento do que hoje, convencionou-se denominar de Economia Solidária.

Esta crise da década de 1970 abalou todo o sistema e provocou uma profunda reestruturação capitalista da sociedade. Muitos entendem esse período como um período de contra-reformas pautadas, no setor produtivo, por intensas mudanças com a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização da produção. No setor financeiro a tônica foi a desregulamentação e flexibilização dos fluxos financeiros. Em relação ao mercado, houve uma saturação para aqueles com disponibilidade para o consumo, provocando um desequilíbrio entre oferta e demanda amenizada pela diversificação da produção, pela redução

do tempo de vida útil dos produtos, dentre outras medidas, como a crise do petróleo em 1973/74. Em nível do Estado, o déficit fiscal levou a implementação das políticas neoliberais que partiram da Inglaterra de Thatcher, em 1979, e Reagan, em 1980, nos E.U.A e aporta na América Latina, sobretudo, com o fim dos regimes militares e autoritários em fins da década de 1980, ganhando ampla adesão por toda década de 1990 e fazendo sentir seus efeitos ainda hoje.

Para os países centrais tornou-se uma realidade, a partir dos anos de 1950, a sociedade do pleno emprego. Tal sociedade, pensada e planejada para recuperar-se do pós-guerra, criou um mercado consumidor necessário à produção em massa detendo o avanço do socialismo e estabelecendo uma política de compromisso entre capital e trabalho mediada pelo Estado que, pouco a pouco, constituiu-se no Estado do bem-estar social. Tal movimento deu-se de maneira diferenciada nos países da América Latina, especialmente no Brasil. Tratar-se-á brevemente deste aspecto mais adiante.

Antonio Gramsci (1988, p. 375/407) no célebre *Americanismo e Fordismo*, diz que:

O americanismo e o fordismo derivaram da necessidade imanente de organizar uma economia programática. [...] Com isso determinou-se a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e produção.[...] O significado e o alcance objetivo do fenômeno americano constituiu-se no maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem [...] O chamado alto salário do fordismo, é um instrumento para selecionar os trabalhadores aptos para o sistema de produção e de trabalho e para manter a sua estabilidade [...] As mudanças não podem, porém, realizar-se apenas através da coerção, mas só através da combinação da coação com a persuasão, inclusive sob a forma dos altos salários, isto é, de possibilidade de melhorar o nível de vida, ou melhor, mais exatamente, de possibilidades de alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exige um dispêndio de energias musculares e nervosas.

Pode-se dizer, portanto, que o fordismo significou, para além de um modo de organização do processo produtivo, a reorganização de um modo de vida. Os novos métodos de trabalho tornaram-se inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar, de sentir a vida, estabelecendo, portanto: uma nova organização do trabalho; um novo tipo de trabalhador; consumo em massa; nova organização familiar, novas formas de coerção moral, de sexualidade e até uma nova personalidade.

Por volta dos anos de 1970, como salientado, este modelo passou a esbarrar em seus próprios limites e contradições internas. Tais limites e contradições tornaram-se

evidentes quando o sistema técnico-produtivo esgotou as possibilidades de aumento da produtividade em ritmos suficientes para atender, simultaneamente, às demandas do capital e do trabalho. Então, o consenso social, necessário para dar sustentação ao modelo, entrou em crise, visto que a forma de distribuição social da renda passou a colidir frontalmente com os interesses da acumulação de capital.

Percebe-se, portanto, que a crise que está à base de todo o processo é uma crise de rompimento do consenso social, de esgarçamento do tecido social, rompimento do pacto social estabelecido anteriormente².

É importante insistir, porém, no fato que a reestruturação capitalista, instaurada a partir da crise dos anos de 1970 e levada a cabo nos anos de 1980, intensificada nos anos de 1990 e fazendo sentir suas conseqüências nos anos 2000, envolveria, portanto: todo o processo produtivo em nível tecnológico e organizacional; as relações de trabalho, isto é, os modos de contratação, de uso e remuneração da força de trabalho, assim como as políticas do Estado, que foi um dos pilares do modo de regulação anterior. Estaríamos, ao lado dos aspectos econômicos, também diante de uma crise de valores que com a implementação das políticas neoliberais reestruturaram as políticas públicas.

Neste contexto, no que tange particularmente a questão do Estado é que as ideias neoliberais, em debate desde os anos de 1940 pela Sociedade de *Mont Pelerin* composta por alguns nomes notáveis como: Friedrich Von Hayek, Milton Friedman, Karl Popper ganharam terreno, defendendo a primazia do mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo. Para eles, as causas da crise dos anos de 1970 baseavam-se no novo igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar social e pelo poder excessivo e nefasto que os sindicatos haviam adquirido no período corroendo, com isso, as bases de acumulação capitalista devido às pressões por salários mais elevados e para que o Estado aumentasse cada vez mais seus gastos sociais. (ANDERSON, 1995).

Para os neoliberais o governo deveria assumir como meta a estabilidade monetária, praticando um rígido controle orçamentário, contendo gastos com as políticas de *welfare* e restaurando a taxa “natural” de desemprego com a criação de uma reserva de trabalho para enfraquecer o movimento sindical. Para os neoliberais, o financiamento do gasto público em programas sociais geraria: déficit, inflação, diminuição da poupança interna,

² Para uma discussão sobre as causas essenciais da crise dos anos de 1970 ver: De La Garza (1995); O'Connor (1977); Altwater (1986) Offe (1980), Barry (1995); Boyer (1990) Arrighi (1997).

desestímulo ao trabalho e à concorrência, queda no nível de produtividade, levando os jovens a abandonarem os estudos e colaborando para o aumento da criminalidade. Os programas assistenciais estariam condicionados, apenas, em casos de auxílio à pobreza extrema (ANDERSON, 1995).

Qualquer tipo de intervenção do Estado na economia deveria/deve ser vista como forma de afronta ao livre exercício da vontade individual o que, por sua vez, inibiria a atividade e a competição privada que alavancam o desenvolvimento econômico. O mercado, na ideologia neoliberal, é sinônimo de harmonia social, consenso e liberdade, cabendo a ele atender as necessidades básicas da população, sendo, portanto, o responsável pela regulação da sociedade.

As características principais deste modelo são a presença do capital financeiro como principal coordenador do desenvolvimento, sob o qual todas as demais estratégias econômicas, dentre elas a reestruturação produtiva, estão subordinadas. Como consequência de um ambiente globalizado, a acumulação flexível está provocando profundas transformações no mercado de trabalho, com novas divisões e distribuições do trabalho e enfraquecimento sindical. (MAGALHÃES, TODESCHINI, 2000, p. 141).

A onda neoliberal foi, principalmente, reverenciada na ditadura de Augusto Pinochet (Chile), nos governos de Ronald Reagan (Estados Unidos), Margaret Thatcher (Inglaterra) e Helmut Kohl (Alemanha). Tanto Thatcher quanto Reagan reduziram impostos a favor dos que tinham altos rendimentos e aboliram controles sobre fluxos financeiros. Enquanto a primeira ministra britânica tinha como principal opositor o movimento operário e as greves, contra o qual promoveu uma legislação anti-sindical e o desemprego em massa, Reagan tinha como característica peculiar de seu governo a intensa competição militar com a União Soviética e o anticomunismo, lançando-se em uma corrida armamentista sem precedentes, elevando o déficit público e desfazendo-se da disciplina orçamentária neoliberal (ANDERSON, 1995).

Na década de 1980, governos socialistas da França, da Espanha e de Portugal se viram impelidos, devido à nova configuração dos mercados financeiros internacionais, a adotarem, também eles, políticas da ortodoxia neoliberal.

Segundo Anderson (1995) pode-se dizer que o programa neoliberal obteve êxito em vários de seus objetivos: deflação, aumento dos lucros, equilíbrio fiscal e estabilidade monetária. Todas estas medidas visavam um único fim: elevar a taxa de crescimento da economia, retomando aos patamares anteriores à crise, típicos dos “anos dourados” do capitalismo. Deve-se ter presente que uma das principais teses defendida pelo

neoliberalismo foi a desregulamentação financeira, o que culminou na perda de autonomia e importância dos Estados-nação no comando do desenvolvimento capitalista em detrimento da tese globalista, onde os mercados livres em nível mundial ficariam encarregados de promover o desenvolvimento econômico. Porém, isso provocou um resultado paradoxal, os lucros acumulados não levaram à recuperação dos investimentos, pois as condições implementadas eram muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva (ANDERSON, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2012).

As operações puramente especulativas, podemos chamá-las de parasitárias, foram preponderantes para o fracasso do neoliberalismo. O resultado das consequências adotadas por este regime não para no caráter especulativo-financeiro, mas também se desdobra no campo social, porque os governos tiveram que aumentar seus gastos com o desemprego, por meio de políticas compensatórias, e o crescimento demográfico dos aposentados na população custou bilhões ao Estado em pensões.

Na década de 1990, a dívida pública de quase todos os países ocidentais aumentou bruscamente, mas isso não impediu a reeleição de novos governantes adeptos ao receituário neoliberal na Europa, a eleições na América Latina e Brasil. A eleição do republicano Clinton à Casa Branca não alterou substancialmente a situação. Com a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética, o neoliberalismo ganhou ainda mais força como política hegemônica através de sua penetração em países do Leste Europeu (ANDERSON, 1995).

Se a experiência chilena, dos anos da ditadura de Pinochet que teve como conselheiro econômico Milton Friedman, buscava quebrar o forte movimento operário, na Bolívia a cruzada neoliberal era contra a hiperinflação. Estes dois países representavam experiências isoladas no cenário latino-americano até o fim dos anos de 1980, a partir daí o continente passou a trilhar o mesmo caminho, o México com Carlos Salinas, a Argentina com Carlos Menem, a Venezuela com Carlos Andrés Pérez e o Peru com Alberto Fujimori (ANDERSON, 1995).

O resultado ou a herança neoliberal não tardou a aparecer com as crises financeiras: no México em 1994, no Brasil em 1998 e na Argentina em 2001. O fracasso da estratégia neoliberal reflete os resultados catastróficos para as economias destes países, no que diz respeito às privatizações irresponsáveis de monopólios de serviços públicos, aos repetidos déficits no balanço de pagamentos e a incapacidade de proporcionar melhorias no padrão de vida (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Deste modo, Anderson (1995) afirma que o neoliberalismo pode ter fracassado economicamente, não revitalizando as taxas de crescimento a patamares equivalentes aos anos dourados do capitalismo, mas obteve sucesso socialmente, segundo sua perspectiva, desestatizando economias e criando sociedades mais desiguais, além de um enorme sucesso político-ideológico ao transformar-se em uma política hegemônica.

Neste contexto de flexibilização das leis de trabalho (crise da sociedade salarial), do processo de terceirização da economia e privatizações de serviços públicos básicos ressurgem o cooperativismo e outras atividades econômicas alternativas como resposta ao aumento da pobreza e como luta direta contra o desemprego.

2.3 (Re) Surgimento da Economia Solidária

É justamente no contexto de fins dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 que muitas iniciativas ressurgem com bases no movimento cooperativista, já com certa tradição e surgem, ainda, diversas outras atividades que irão compor o vasto campo hoje denominado de Economia Solidária. Pode-se dizer também que tais iniciativas relacionam-se como o contexto decorrente dos resultados das políticas neoliberais expressas na flexibilização das leis trabalhistas (crise da sociedade salarial), no processo de terceirização, nas privatizações de serviços públicos básicos, no aumento da pobreza, no agravamento do desemprego dentre outras mazelas.

Neste sentido, tanto iniciativas cooperativistas como outras atividades se colocam como tentativa de resposta às conseqüências da exclusão social e um movimento de luta direta contra o desemprego.

O cooperativismo, como visto, constitui uma das formas por meio das quais práticas sociais coletivas se desenvolvem, mas outras realidades surgiram como: os clubes de troca (trocas não monetárias e uso da moeda social), a autoconstrução (moradia coletiva), poupança e crédito solidários e outros serviços da vida cotidiana que podem representar formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir. Para esse conjunto de atividades econômicas e sociais tem-se dado o nome de Economia Solidária.

É em circunstâncias de crise do trabalho assalariado, fortemente demarcada na década de 1980 e 1990, que este modelo solidário estimula a organização de trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal ou aqueles que sempre viveram na informalidade a construírem ações, ao mesmo tempo sociais e econômicas, como formas

de resistência a empresa capitalista capazes de promover a democratização da economia (reciprocidade e interesse coletivo), recorrendo a recursos monetários para satisfazer às lógicas redistributiva e de barganha para reforçar a auto-organização da sociedade civil.

As práticas que integram a Economia Solidária tendem, muitas vezes, a ficar marginalizadas pela reduzida significância social e pelo pequeno peso econômico, além de carecerem de capital. Por isso associações de bairros, sindicatos e partidos podem e devem, segundo Singer (1998) contribuir para a consolidação de dessas atividades, especialmente as cooperativas de produção, que apresentam preocupação crescente com o desenvolvimento local.

Para Singer, a Economia Solidária é, essencialmente, anticapitalista (alternativa viável ao capitalismo), no sentido que os empreendimentos são implementados ou transformados, no caso de empresas falidas, a partir de uma proposta contrária a lógica da empresa capitalista. O modelo de economia de solidariedade como alternativa anticapitalista tem a função de compensar perdas causadas por duas tendências inerentes ao capitalismo: a primeira, de natureza perene, é a concentração de renda e a exclusão da economia capitalista de uma fração significativa da população (“tendência excludora”); e a segunda, de caráter mais cíclico, que provoca a destruição de empresas e empregos, em decorrência do progresso técnico, isto é, empresas mais avançadas tecnologicamente são mais competitivas e tendem a ocupar o lugar das mais atrasadas.

[...] Cada onda expansiva da economia capitalista emprega e desemprega, sendo a competição entre os que estão sendo empregados e os que estão sendo demitidos um dos fatores que permite aos capitalistas comandar um processo muito complexo de transformação econômica e social, sem perder o controle do mesmo e se apropriando de grande parte do valor obtido a partir do ganho de produtividade, que passa a ser acumulado e permite financiar a construção de um novo parque produtivo. (SINGER, 1998, p. 117-118).

A oposição da Economia Solidária ou da sua forma mais usual, o cooperativismo, à típica empresa capitalista caracteriza-se pelos seguintes princípios: toda cooperativa deve ser dirigida por representantes democraticamente eleitos pelos sócios; não deve haver diferença de direitos entre sócios; a repartição dos resultados econômicos entre os sócios deve ser igualitária ou proporcional à contribuição de cada sócio para estes resultados (SINGER, 1998).

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. O capital da empresa solidária é possuído por aqueles que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos

porque todos que trabalham são proprietários e não há proprietários que não trabalhem no empreendimento. Sua finalidade básica não é maximizar o lucro, e sim a quantidade e qualidade do trabalho (SINGER, 2002).

O espírito cooperativista ou a consciência socialista não surge espontaneamente. O anseio pela desalienação pressupõe que as pessoas estejam informadas de que estão alienados da maioria das decisões que afetam suas vidas e dos seus dependentes. Esta é sem dúvida a primeira grande tarefa de uma educação para o cooperativismo ou para o socialismo. Despertada a consciência da alienação (assim como da exploração etc.), é preciso educar o jovem para competir não só individual mas coletivamente, mediante participação ativa em cooperativas, sindicatos, centros estudantis, partidos políticos. (SINGER, 1998, p. 131).

Singer (2000) analisa a economia solidária como um processo de revolução social, contrapondo-se a ideia de revolução política, ou seja, se opõe a visão de que a conquista do poder estatal é a única via para a revolução socialista. Para ele os modos de produção socialistas podem surgir dentro das formações sociais capitalistas nos interstícios do capitalismo, sendo potenciais embriões de uma revolução social socialista.

A partir dessa visão, a economia solidária representaria a construção de uma economia socialista, por outras vias, que não a do modelo soviético.

A reprodução das experiências de economia solidária, precisamente nas cooperativas de produção, realiza-se mediante a diferença dos rendimentos obtidos deduzidos os “salários” pagos aos cooperados, permitindo gastos de custeio (ou manutenção) com equipamentos e máquinas ou novos investimentos para a compra de insumos ou novos meios de produção. Em determinadas situações, empresas capitalistas falidas são recuperadas por seus trabalhadores devido aos fortes laços de solidariedade e contribuição mútua e transformadas em cooperativas. Em troca do patrimônio, a cooperativa assume a dívida, inclusive o pagamento de juros. Os trabalhadores aprendem a gerir a cooperativa com apoio de órgãos de assistência vinculados a estrutura governamental ou a incubadoras universitárias (SINGER, 1998).

Rodríguez e Sousa Santos (2002) introduzem a ideia de que o associativismo está intrinsecamente ligado à ideologia do socialismo de mercado. Inspirado no modelo de socialismo por Proudhon, o socialismo de mercado ganhou interesse com o fracasso do modelo de economia centralizada nas mãos do Estado, que tinha dominado o pensamento e as práticas socialistas. O socialismo de mercado seria a forma viável e adequada de perseguir os fins socialistas de solidariedade e igualdade, utilizando mecanismos de mercado, que por si só

não gera inevitavelmente os níveis de desigualdade e alienação que caracterizam o capitalismo.

A questão do mercado e sua relação com o socialismo foi levantada também por Hobsbawm em *A Era dos Extremos* demandando que estudiosos marxistas se dedicassem, mais profundamente, ao tema.

Um mercado no qual predominem cooperativas e que seja regido pelo planejamento estatal fundado por regras básicas de distribuição de riqueza pode promover, simultaneamente, liberdade, solidariedade e igualdade. Mas não basta reorganizar o mercado com base em cooperativas de trabalhadores, seria necessário criar formas de coordenação entre cooperativas, e entre estas e as entidades estatais, para conceber uma rede de apoio entre as experiências bem sucedidas (RODRÍGUEZ; SOUSA SANTOS, 2002).

Na análise de Razzeto (apud Quijano, 2002), a diferença entre economia popular e a economia solidária é que a primeira não se trata sempre, ou explicitamente, da auto-indentificação ideológica e políticas de seus atores, nem da visão revolucionária do mundo. O que caracteriza a economia popular é que as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto são fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, ou seja, das práticas sociais cotidianas em torno da comunidade, não impedindo que esteja articulada como mercado de múltiplas formas e medidas.

O enfoque da economia popular é libertar homem para a sociedade, no sentido de um sujeito preso a um sistema capitalista fechado as relações humanas e comunitárias, sendo a combinação dos valores do trabalho e da solidariedade o caminho para atingir uma nova civilização latino-americana.

A análise de Coraggio (2000), por sua vez, busca salientar que a economia popular está enraizada no sistema capitalista e que ela, por si só, não pode ser considerada solidária. O desenvolvimento da especificidade solidária seria resultado de um processo “de baixo para cima”, sustentado em iniciativas populares locais, enfatizando o modelo democrático e cooperativo e fomentando novas atividades de participação pública. Na visão dele, dentre todas as diferentes formas de economia popular, o cooperativismo não constitui o único caminho, nem o mais importante modo de produção alternativo ao capitalista (BACIC, 2008).

Para ele, a incapacidade do capitalismo atual de inserir o conjunto da população trabalhadora em seus empreendimentos, bem como a limitação das políticas públicas compensatórias em face do desastre social do desemprego e da precarização do trabalho estariam levando a população excluída a buscar formas de subsistência na economia doméstica, cuja lógica

não é da reprodução do capital, mas da reprodução ampliada da vida. (LEITE, 2009, p. 5).

2.4 A Economia Solidária no Brasil

No Brasil, o cooperativismo aparece, pela primeira vez, a partir da catequização da população indígena por parte dos jesuítas, tendo como finalidade a distribuição de produtos e serviços aos demais colonizadores (cooperativas de consumo). No século XIX e na primeira metade do século XX, pequenas experiências cooperativistas foram implantadas nas regiões Sul e Sudeste. Cooperativas agropecuárias e de crédito rural surgiram concomitantemente às cooperativas de consumo, sendo seguidas pela de produção, educação e trabalho (GALLO; CARETTA; EID, 2000).

Economia Popular Solidária (EPS) é um modo de produção, distribuição e comercialização de bens centrados em princípios que se opõem aos valores do capitalismo, como: relações de trabalho assalariadas, a propriedade privada dos meios de produção, a disparidade quanto ao poder de decisão entre trabalhadores e a ênfase em lucros cada vez maiores. Este modelo econômico representa um movimento de resistência popular e operária contra o desemprego e exclusão social (CORREA, 2014, p. 4).

A solidariedade traz consigo outros princípios, como a cooperação, gratuidade, reciprocidade e a democracia em oposição ao comportamento individualista impregnado na sociedade capitalista (GAIGER, 2009). A economia popular ser solidária não significa ser uma atividade paternalista, dependente de caridade por parte do Estado, mas sim demonstrar a solidariedade como sinônimo de trabalho coletivo, cooperativo, comunitário e ética nas relações: humanas, de trabalho, econômicas e comerciais (CORREA, 2014, p. 3).

A Economia Solidária na América Latina expõe iniciativas solidárias que são associações de trabalhadores desempregados ou não, que priorizem a participação cidadã, cooperação da atividade econômica, a socialização do processo produção e a autogestão na administração de empreendimentos, objetivando rendimentos e qualidade de vida (GAIGER, 2009).

Este novo modelo de organização, sem o papel do capitalista, nasce num cenário latino-americano, nas décadas de 1970 e 1980, em que a população encontrava-se em franco crescimento demográfico, especialmente em direção as cidades, expandindo a periferia

e defrontando com a incapacidade de absorção do mercado de trabalho formal. O trabalhador tendo que buscar a sobrevivência por meio de ocupações informais.

No fim da década de 1980 e início dos anos 1990, a elaboração de iniciativas divergentes ao modo de produção, gestão e relações de trabalho das empresas capitalistas foi resultado da intensificação das políticas neoliberais não apenas no Brasil, como também no mundo. A globalização da economia e a reestruturação produtiva e econômica, somadas às privatizações, a entrada de multinacionais e a flexibilização das leis trabalhistas geraram fortes repercussões no mercado com a diminuição de postos de trabalho e fechamento de empresas, culminando em uma elevada taxa de desemprego, aumento da informalidade e queda do valor real dos salários.

É nesta conjuntura que a economia solidária desponta como alternativa voltada para a geração de emprego e renda. A democratização do país fortaleceu, dentro dos movimentos sociais, propostas e formas de democratização das relações de trabalho, fomentando a formação de cooperativas a partir de práticas de autogestão com apoio de universidades, sindicatos e outras instituições empenhadas na construção de empreendimentos solidários.

A primeira entidade que apoiou e sustentou por meio de incubadoras a concepção e sustentação de cooperativas foi a Cáritas Brasileira, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no início dos anos 1990. Em 1994 surge a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Cogestão (Anteag) vinculada ao movimento sindical, apoiando experiências cooperativistas como resposta dos trabalhadores aos acontecimentos da década de 1990 (LEITE, 2009; NAKANO, 2000).

A inspiração para a formação de uma associação que tenha com função a assessoria técnica às empresas de autogestão e cogestão vem do chamado “novo sindicalismo” surgido nos anos 1970 e que teve como principal característica a ação autônoma, dos sindicatos, diferentemente do aparelhamento estatal dos governos pré-64 ou reagindo aos processos de exclusão engendrados pelo desenvolvimento capitalista, mediante formas de atuação, como por exemplo, o “da empresa sem patrão” no início dos anos de 1990 (NAKANO, 2000).

Os projetos precisavam ser coordenados porque, mesmo que inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiam as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões, novas para eles, dentre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Se, por um lado, as relações de solidariedade entre trabalhadores, o apoio de alguns sindicatos às suas

iniciativas, eram fundamentais, por outro, não eram suficientes. Havia a necessidade de articular pessoas e instituições, democratizar informações, criar um espaço para o debate e produção de alternativas. Enfim, havia a necessidade de uma entidade que assumisse esses papéis. Era o começo da Anteag”. (NAKANO, 2000, p. 68).

A “cultura” técnica trazida pelos trabalhadores das empresas capitalistas é marcada pela fragmentação, concentração de saberes e o individualismo, caracterizado na preocupação apenas com o emprego e o salário, sendo o poder de decisão centrado nas mãos de certos grupos, que na maioria são acionistas e não vivem a realidade da empresa. Portanto, foi necessário produzir uma nova cultura, a partir de um novo ideário, que garantisse a sobrevivência das empresas baseadas na autogestão. Era preciso assim, constituir uma entidade que fomentasse tais iniciativas, democratizando conhecimentos para aqueles que ousam, de maneira autônoma, valorizar o trabalho e as relações de solidariedade e da cooperação, indispensáveis para a cultura autogestionária. (NAKANO, 2000).

Além da questão da fábrica sem o patrão, a Anteag se responsabilizava por capacitar os trabalhadores e viabilizar econômica e financeiramente a autogestão, cujo objetivo era fornecer maior conhecimento sobre o conjunto de processo produtivo, não por uma simples alteração nas relações de poder, mas sim dando aos trabalhadores a condição de tomarem as decisões necessárias à manutenção do empreendimento. Por fim, o último desafio da Anteag posto aos trabalhadores era que o pensar e o fazer não estejam dissociados. A intenção era modificar a relação patrão-empregado e que a firma seja fruto da discussão, das decisões e do controle por parte de cada um dos membros (NAKANO, 2000).

O trabalhador na empresa capitalista é afetado pela forma com que o trabalho está organizado, resultando no desconhecimento com o que se passa na totalidade do sistema produtivo. Esta alienação é combatida na economia solidária, onde a nova forma de gerir a empresa, sem o papel do dono dos meios de produção, pressupõe que as análises econômico-financeiras, que culminam na viabilização da firma, sejam realizadas pelo conjunto de associados. Dessa forma, educar o trabalhador quanto ao agir coletivamente, a capacitação técnica e a gestão da firma, evidentemente, representam um importante motor para a difusão e a sobrevivência das empresas criadas sob o princípio da solidariedade.

Um pouco mais tarde, em 1997, foi fundada a Unitrabalho - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, na época apenas Fundação

Unitrabalho³, onde foi criado um grupo de trabalho para realizar projetos de pesquisa sobre a economia solidária na realidade brasileira.

Em 1998 ganha destaque as Incubadoras Universitárias, onde a primeira iniciativa partiu do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (Cope) da UFRJ, como programa de assistência à criação e ao desenvolvimento de associações de trabalhadores e cooperativas, em especial, com a fundação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), buscando difundir estas experiências pelas universidades do país, transferindo tecnologias e conhecimentos para as organizações incubadas (LEITE, 2009).

O objetivo das Incubadoras Tecnológicas é utilizar os recursos e conhecimentos adquiridos nas universidades na formação, qualificação e assessoria dos trabalhadores na concepção de atividades autogestionárias, buscando sua inserção no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2000). Tal modelo foi adotado e adquiriu grande impulso entre professores, alunos e servidores, na tentativa de concretizar a aplicação dos estudos teóricos a um projeto de extensão universitária, atuando na intenção de fomentar o desenvolvimento de determinada localidade ou comunidade (GAIGER, 2004).

Este projeto de extensão universitária representa uma intervenção econômica na geração de trabalho e renda, fazendo com que os cooperados entendam a metodologia de incubação, primordial para o sucesso do empreendimento (GUIMARÃES, 2000). As incubadoras realizam o procedimento de incubação de um empreendimento em três partes: a) pré-incubação: fase de análise, estudo e conhecimento do local e dos componentes da cooperativa, os cooperados, levantando dados que viabilizem a implantação, como estipular o investimento inicial a ser feito; b) incubação: fase que a incubadora presta assessoria técnica aos cooperados no processo de maturação da empresa; c) pós-incubação (“desincubação”):

³ A Unitrabalho surgiu por iniciativa de um grupo de reitores engajados em fazer com que a universidade brasileira passasse a contemplar em seus programas de pesquisa e extensão, de forma relevante e sistemática, as questões relativas ao mundo do trabalho. O que movia esse grupo de dirigentes era o interesse em estimular e promover a relação entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho, democratizando o acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na universidade. As discussões começaram em 1992, envolvendo reitores, professores universitários e dirigentes sindicais. No ano seguinte, aconteceram reuniões entre o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e representantes da Central Única de Trabalhadores (CUT). No final de 1993, uma delegação composta por reitores, sindicalistas e pesquisadores foi à Alemanha conhecer experiências de cooperação entre universidades e organizações de trabalhadores. Em abril de 1994, foi constituída uma coordenação executiva provisória, composta por cinco professores. Ela desenvolveu a proposta de criar uma rede de estudos e pesquisas sobre o trabalho, para ser debatida no meio acadêmico e sindicalista. Ao final de três anos de discussões, em 27 de março de 1995, foi realizada a primeira reunião do Conselho Diretor da Unitrabalho, no Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a presidência do reitor da Universidade Federal de São Carlos. <http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article1>

ocorre quando o empreendimento consegue se sustentar de maneira autônoma para operar no mercado independentemente da incubadora.

O que a Universidade propõe é a transformação social de setores aliados tanto do mercado de trabalho formal quanto do informal, por meio da transferência de saberes e tecnologia para os cooperativistas. A Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surge como maneira de promover o intercâmbio de experiências entre técnicos e cooperativados, estendendo a produção de conhecimento, a inserção da metodologia de incubação e a preparação dos trabalhadores em relação ao processo de independência do empreendimento solidário à tutela da incubadora (GUIMARÃES, 2000).

A Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares busca, assim, articular as experiências acumuladas pelas universidades no suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares. Promover a inserção social e a melhoria de qualidade de vida de comunidades marginalizadas. E a produção e socialização de conhecimentos, também, como metas a serem atingidas”. (GUIMARÃES, 2000, p. 115).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também contribuiu para o fomento de organizações solidárias, articulando-as com os demais aspectos da agenda histórica do movimento sindical. Na sua visão era importante combinar a resistência aos avanços de um modelo econômico pautado pelo desemprego com ações que visem: uma política de organização sindical para a incorporação dos desempregados e trabalhadores cooperados na base sindical; a elaboração de políticas de crédito, formação, pesquisa e incubação; e a formulação de políticas públicas de incentivo à economia solidária (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000). O resultado desse debate levou a criação de três entidades, que conjuntamente, fomentam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) fundada em 1999; a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) criada em 2000; e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol) implantada em 2004.

A ADS foi constituída após um intenso debate sobre formas de reversão da reestruturação produtiva e crise do desemprego nos anos de 1990 seu objetivo é gerar novas oportunidades de trabalho e renda a partir da promoção de organizações de caráter solidárias, contribuindo com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável fundadas nos princípios da gestão democrática do trabalho, da distribuição da renda e na educação permanente dos trabalhadores (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000).

A relação entre a agência e a economia solidária se daria por meios dos instrumentos que lhes foram concedidos pela condutora da política, a CUT. Deste modo, a

ADS deveria facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito, formar agentes que auxiliam a consolidação de empresas solidárias, conscientizar trabalhadores a respeito das convicções que norteiam a economia solidária, assim como a democratização das relações de trabalho e de gestão e oferecer a eles informações sobre políticas públicas, legislação e mercado, além de proporcionar assessoria técnica, jurídica e política as cooperativas (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000).

A Unisol tem, por sua vez, como finalidade a melhoria socioeconômica de cooperativas e empreendimentos voltados à lógica solidária, buscando assegurar que estas experiências, que possibilitam geração de emprego e renda, não se desintegrem.

Já a Ecosol, para finalizar, reúne um grupo de cooperativas de crédito, operando de acordo com os princípios da economia solidária, com o propósito de utilizar os recursos poupados pelos cooperados na realização de empréstimos, com juros menores que os praticados pelo mercado, aos demais membros. O objetivo final da Ecosol é integrar as comunidades de baixa renda com o sistema financeiro e o acesso a crédito, impulsionando o desenvolvimento das regiões onde estas cooperativas atuam (LEITE, 2009).

No Brasil, o cooperativismo é a atividade mais praticada e também a mais conhecida dentre as formas democráticas de gestão, relações de trabalho, produção e comercialização que constituem a economia solidária. Um exemplo disso são as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) implantadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Elas representam uma forma de organizar a produção baseada na gestão coletiva e no trabalho coletivo, onde os meios de produção, isto é, a terra, as máquinas e os equipamentos são de propriedade da cooperativa. Estas possuem personalidade jurídica, portanto são consideradas empresas, atuando de acordo com a legislação cooperativista brasileira e cumprindo com as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias. O capital acumulado pela CPA está sob controle coletivo dos associados, sendo estes remunerados conforme cotas que possuem no empreendimento (FERREIRA, 2000).

No entanto, o fato destas cooperativas não usufruírem da legislação trabalhista em suas relações de trabalho, não significa que isto se aplica a maior parte de cooperativas existentes no Brasil, seja ela de produção, seja ela de trabalho. A economia solidária tem como função a reinserção de cidadãos desempregados no mercado de trabalho, além de ser uma alternativa a precarização do trabalho nas empresas capitalistas. A intenção é fazer com que os trabalhadores de forma autônoma se unam para buscar melhores condições de trabalho, mesmo sem contar com os benefícios previstos no regime CLT (Consolidação das Leis do

Trabalho). A ideia é que a organização do trabalho sustentada na cooperação mútua, na democracia e na ausência da relação “patrão-empregado” supere a condição de assalariados com carteira assinada nas firmas capitalistas, que submetem o trabalhador a longas jornadas de trabalho, resultando nem sempre em salários maiores que os rendimentos obtidos no modelo solidário.

Além das cooperativas de produção, é comum encontrarmos em território nacional cooperativas de consumo e as cooperativas de trabalho. O melhor exemplo do cooperativismo de consumo são as cooperativas de crédito, que têm a finalidade de facilitar o acesso a crédito, com intuito de elevar a renda familiar de seus membros (FERREIRA, 2000). As cooperativas de crédito são alternativas aos bancos e seus altos custos de empréstimos para financiar qualquer atividade econômica, contribuindo para a permanência de muitos trabalhadores em seus postos de trabalho, não só estimulando a produção, como também utilizando parte da poupança formada para capacitar e qualificar seus associados na gestão financeira creditícia.

Quanto às cooperativas de trabalho, sua atuação é dedicada, basicamente, a comercialização de serviços de assessoria técnica (organização da produção), conserto de máquinas, de formação política, de utilidade pública (catadores de lixo), etc. O dono da empresa que contrata a cooperativa não pode ser reportar diretamente aos prestadores de serviço, e sim passar o que deseja ao gestor da cooperativa. O valor recebido pela cooperativa está sob seu controle, sendo que uma parte pode ser utilizada para qualificação de novos membros e a outra para a remuneração dos cooperados.

Entre as organizações que compõe a economia solidária estão os empreendimentos comunitários. Esta modalidade de empreender se insere em um contexto urbano capitalista e se enquadra no setor informal, comumente associado à população de baixa renda, englobando formas de produção que não se baseiam no trabalho assalariado. Os empreendimentos comunitários são adeptos do caráter coletivo do trabalho e da distribuição democrática da renda, mas não estão imunes das acusações de precarização do trabalho, em razão de que muitos de seus praticantes têm baixa renda, trabalham por muitas horas e não dispõem de mecanismos de seguridade social (SOUZA, 2000).

Nessa proposta comunitária de resposta ao desemprego, há casos que os membros não são os proprietários dos instrumentos de produção, sendo estes de posse de uma pessoa jurídica externa, como sindicatos, associação de moradores, uma igreja local ou uma organização não-governamental. A remuneração para os envolvidos no trabalho pode não ser

a mesma, visto que a presença de coordenadores ou monitores, muitas vezes, recebendo salário fixo como forma de contribuir para o desenvolvimento local, pois estes empreendimentos, além de gerar renda, possuem caráter educacional, de promoção humana e assistência social (SOUZA, 2000).

Os empreendimentos comunitários podem ser grupos de costureiras, lanchonetes, padarias, oficinas de artesanato e pequenas cooperativas de trabalhadores prestando serviços de limpeza, jardinagem ou em trabalho doméstico. Apesar de uma significância econômica muito pequena ainda, estas atividades proporcionam a seus praticantes, pessoas marginalizadas do trabalho formal e de baixa escolaridade, uma alternativa de renda. O importante é fortalecer esses empreendimentos, que isolados são muito frágeis, reunindo-os para que eles se ajudem mutuamente e possam adquirir viabilidade econômica. A formação de redes de empreendimentos comunitários é possível obter vantagens na compra de matéria-prima comum e na produção em conjunto, auferindo custos menores e preços mais competitivos (SOUZA, 2000).

Outra experiência que possui a marca da economia solidária é o Clube de Trocas. No Brasil, o primeiro foi criado em São Paulo, em setembro de 1998, no bairro de Santa Terezinha. Os clubes de trocas são espaços onde os associados trocam entre si produtos, serviços e saberes, de uma forma solidária ou alternativa ao sistema vigente, respeitando a ética e o meio ambiente. Apresentam uma característica familiar, composto por pessoas que se conhecem por afinidade ou procuram uma alternativa econômica, visando uma melhor qualidade de vida para todos (CASTRO et al., 2000).

Os clubes buscam se organizar com base nas concepções de uma sociedade justa e harmônica, desfrutando os direitos da vida em comunidade. A finalidade é que estas experiências construam feiras de trocas, onde os sócios possam negociar aparelhos eletrodomésticos, roupas, comidas, produtos de limpeza, brinquedos, utensílios domésticos, serviços de manutenção, serviços técnicos de eletrônica, professor de português, eletricista, contábil, etc. O ingresso de novos sócios é feito mediante a apresentação do que é o clube, qual é seu objetivo, suas propostas, sempre destacando o espírito da solidariedade e que as pessoas juntas busquem alternativas que todos ganhem, sem exploração, sem egoísmo, mas com justiça. A meta dos clubes de troca é criar um mercado solidário, ofertando produtos, serviços e saberes, satisfazendo ao máximo as necessidades de seus sócios (CASTRO et al., 2000).

Por fim, o êxito dos clubes de troca caminha para o mesmo rumo que os empreendimentos comunitários, ou seja, é necessário promover a união dessas ações e fortalecer a Rede Global de Trocas, que possui mais de quinhentos clubes, fomentando a sociabilidade dos grupos envolvidos. Para unificar este mercado surge a ideia da moeda social. O intuito é fazer com que as pessoas que editam, distribuem, regulam e controlam a moeda sejam as mesmas pessoas que as usam. O mercado solidário consistirá em uma experiência onde existe a privatização radical da produção e do controle, uma espécie de monopólio, sobre a moeda por parte de pequenos grupos, contrariando o que o mercado formal não permite fazer. A moeda social é introduzida para compensar os desequilíbrios do próprio mercado, segundo a lógica de reciprocidade, solidariedade e inclusão, em que o dinheiro não é condição de satisfação das nossas necessidades e que a qualidade de vida tem pouco a ver com a quantidade de coisas e muito com a qualidade das relações entre as pessoas (CASTRO et al., 2000).

No Brasil, as visões a respeito da economia solidária são divergentes, desde os mais entusiastas até os que ignoram tais iniciativas ou porque não representam uma alternativa a modo de produção capitalista ou porque são formas que precarizam o trabalho. No entanto, existe certa uniformidade em ressaltar as dificuldades que os empreendimentos enfrentam (LEITE, 2009).

A defasagem tecnológica, pequeno volume de recursos, baixa escolaridade dos participantes, as diferenças nas relações de trabalho entre empresas capitalistas e o ideal solidário, pouco compromisso com a autogestão são fatores destacados na literatura brasileira a respeito da economia solidária.

Para França Filho (apud LEITE, 2009), políticas públicas de economia solidária têm papel preponderante na mudança do pensamento sobre o caráter e a finalidade dessas iniciativas. Na visão dele, deve se substituir a preocupação com a simples reprodução das condições de vida pela reprodução ampliada do modo de vida, ou seja, articular políticas que visem um estado de sustentabilidade das iniciativas empreendidas e não um estado de subsistência, deixando uma condição de economia popular apenas, para uma condição de economia popular e solidária. Dentro da mesma ótica, Gaiger enfatiza que as políticas públicas devem abandonar o caráter emergencial e paliativo e possibilitarem alternativas duradouras focadas na auto-sustentação de empreendimentos geradores de emprego e renda, como as experiências. Por outro lado, Alves (apud LEITE, 2009) considera que as políticas públicas de economia solidária só passam a ter efeito se estas forem realizadas pelos sujeitos

sociais, o que acarretaria no desaparecimento do problema da descontinuidade das iniciativas. Para isso, é necessário que haja maior envolvimento de agentes sociais, deixando de serem objetos das ações políticas para se tornarem autores e executores dos projetos e ações (LEITE, 2009).

Portanto, a economia solidária deve ser interpretada como uma política de desenvolvimento e não estar relegada a políticas assistenciais, produzindo medidas capazes de combater, efetivamente, às causas estruturais da pobreza e marginalidade em relação ao mercado formal e promover a inclusão e o desenvolvimento social.

Gaiger (2008) exalta o poder de transformação social que tais iniciativas são capazes, revigorando a energia de setores populares excluídos e apresentando um enorme potencial de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais mais adequadas aos saberes populares.

Já na visão de Gadotti (2009), a economia popular solidária forja atividades econômicas integradas à economia de mercado, porém contrária a sua lógica.

Finalmente, Singer (1998) é o mais contundente em afirmar que as formas solidárias de produção representam uma transição para uma sociedade socialista com a transferência dos meios de produção para as mãos dos trabalhadores, que devem estar preparados politicamente para tal compromisso.

3. Modo de produção cooperativo e o sistema capitalista

3.1 Desafios e limites da Economia Solidária

Experimentos ligados ao modelo de Economia Solidária tendem a se expandir em períodos de crise do capitalismo, criando postos de trabalho e oportunidades para os trabalhadores que enfrentam o desemprego, além de atuar que resposta a depreciação dos salários do mercado formal. Para se estabelecerem no mercado concorrendo com firmas capitalistas, os empreendimentos solidários, seja em momentos de contração ou expansão da atividade econômica, têm a necessidade de se viabilizarem economicamente e administrativamente, correndo risco de se transformarem em empresas capitalistas, abandonando a lógica da não divisão entre capital e trabalho ou se reduzirem a atividades que, para sobreviverem, operam sob tutela do Estado e de organizações externas.

A degenerescência, já apontada por Marx e Luxemburgo no século XIX e início do século XX, pode ocorrer em virtude das adversidades que os empreendimentos enfrentam para sobreviver no contexto capitalista, como a baixa capitalização, a ausência de capacitação técnica dos trabalhadores para administrar/gerir os negócios, a disparidade tecnológica com as firma concorrentes e a falta de engajamento e compromisso do conjunto de trabalhadores com os ideais cooperativistas, assim como pode ocorrer devido ao "sucesso" econômico da cooperativa caso não haja, nos cooperados, uma formação ao cooperativismo e este não tenha sido também um projeto político. Somando-se todos estes contratempos, as atividades associativas ficariam destituídas de sua importância social.

As dificuldades iniciais de uma cooperativa são muitas, tanto que os trabalhadores apreendem a gerir a empresa com apoio de órgãos de assistência. A obtenção de capital para se alcançar um patamar competitivo dentro do mercado é um temor que assola as organizações constituídas a partir de uma lógica anticapitalista.

No Brasil, as iniciativas associativas enfrentam um desafio árduo em relação ao acesso a crédito. As experiências de microcrédito e de acesso a parcelas do fundo público como, por exemplo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por parte de empreendimentos autogestionários são, ainda, muito incipientes (SOUZA, 2000).

Outro ponto chave na discussão sobre a influência de agentes externos, que pode levar a degeneração do caráter solidário da cooperativa. O princípio de que cada membro possui direito a um voto, o qual define os rumos do empreendimento, pode impedir

que este alcance o nível de capitalização necessário para se expandir, porque os sócios ou pessoas externas à cooperativa desejam ter uma intervenção nas decisões que seja proporcional à sua contribuição. Ocorre, nessa situação, o sacrifício da participação direta dos membros da cooperativa em troca de seu crescimento, cuja influência desvirtua o espírito da mesma. Apesar disso, diversas experiências no Brasil, desde empreendimentos comunitários até cooperativas, dependem de atores externos, como Igrejas e associações de bairro, e de políticas de Estado (SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

O choque cultural que vivem os trabalhadores com a brusca transformação das relações de trabalho, habituados a uma estrutura rígida e autoritária, e as relações de dependência para com órgãos de fomento, como ONGs e órgãos governamentais, revelam ser os maiores obstáculos para o crescimento de práticas solidárias.

A dependência no universo do cooperativismo atinge uma situação mais aguda quando muitas cooperativas não conseguem operar sem a ajuda de incubadoras tecnológicas e políticas estatais e acabam se desfazendo ou quando cooperativas se vinculam a redes empresariais para poder sobreviver, perdendo o ideal autogestionário, passando a ser classificadas como “falsas” cooperativas. Segundo Souza (2000), a autogestão expõe uma mudança cultural colocada pela economia solidária que se contrapõe radicalmente à lógica do favor, da tutela, do voluntarismo e da filantropia.

Em compensação, empreendimentos concebidos a partir de movimentos sociais apresentam características mais evidentes de autogestão e transformação na organização do trabalho, tendo maior caráter emancipatório, muito em razão do cunho ideológico não encontrado nas demais experiências (LEITE, 2009).

“Falsas” cooperativas são formadas, também, pelas próprias empresas como forma de rebaixamento de custos. Especialmente em períodos de recessão, crises econômicas e de grande quantidade de pessoas desempregadas, atividades alternativas ao grande capital surgem sendo exercidas por trabalhadores autônomos, pequenos empresários e determinados modelos de cooperativas, modificando o panorama da economia, em razão do aumento de “empregos informais”. A informalidade tende a subtrair garantias e direitos legais, imputando custos ao trabalhador e precarizando as relações de trabalho.

Esta ausência de direitos legais que o trabalho informal apresenta reflete as dificuldades e contradições da economia solidária, que apesar de defender causas justas, precariza as relações de trabalho. Contratos precários e baixo nível de remunerações podem

resultar no mau gerenciamento e funcionamento do empreendimento econômico solidário, provocando conflitos em relação a divisão dos resultados econômicos, por exemplo.

Por outro lado, um fator complicador ao desenvolvimento da economia solidária é que a maior parte de suas iniciativas atuam isoladamente em mercados dominados por empresas capitalistas, encarando obstáculos a sua sustentação, como o pouco ou nenhum acesso a crédito, a redes de comercialização e à assessoria técnica. Dificuldade esta já levantada ainda no século XIX e início do século XX, por Marx e Rosa Luxemburgo respectivamente.

A construção de um setor integrado com empresas que se regem por princípios solidários é condição fundamental para evitar que a sina de iniciativas e experiências se limite a degeneração ou falência (SINGER, 2000).

Um caso especial e, talvez, a primeira grande tarefa da economia solidária é a educação para o cooperativismo ou para o socialismo. O trabalho educativo nas cooperativas é uma forma de enfrentar o perigo da degeneração, como resultado do processo de alienação dos sócios, que deixam a cooperativa ser gerida por administradores profissionais e/ou se importam pouco com os negócios, fazendo com que a forma externa da cooperativa comece a ser recheada por um conteúdo capitalista. Dessa forma, a cooperativa, como forma democrática do modelo de economia solidária, pode perder sua essência para se moldar ao ambiente e as exigências de competição das empresas capitalistas. A possibilidade de cooperativas se tornarem empresas capitalistas é combatida por Singer pelo poder de uma educação crítica e desalienante dos trabalhadores contra a degenerescência como consequência da acomodação. (SINGER, 1998).

Para Karl Marx, as fábricas cooperativas pertencentes aos próprios trabalhadores eram, dentro da “velha forma” (o modo de produção capitalista), a primeira ruptura com a “velha forma”, apesar de considerar que as mesmas reproduzem e tenham que reproduzir os infortúnios/as adversidades (as mazelas) do sistema existente. Isso ocorre, porque, segundo Marx, sem o sistema fabril derivado do modo de produção capitalista e muito menos sem o sistema de crédito oriundo do mesmo modo de produção, a fábrica cooperativista não poderia se desenvolver. Era esse sistema que servia de base para a expansão das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional (SINGER, 1998).

Além disso, na visão de Marx, as fábricas cooperativas não emancipam completamente os trabalhadores do modo de produção capitalista, pois elas eram apenas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo de produção associado ou

socialista. Sendo assim, a contradição entre capital e trabalho é superada inicialmente, enquanto os trabalhadores organizados forem os próprios capitalistas, o que permitirá que eles utilizem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho, constituindo um elemento do modo de produção socialista, mas que se desenvolve a partir do modo de produção capitalista e que funciona competitivamente no mercado (BACIC, 2008; SINGER, 1998).

As cooperativas possuem vantagens comparativas em relação às empresas capitalistas quanto a “desalienação” dos produtores e consumidores, mas estas vantagens não tomam a forma de forças produtivas novas, pois o sistema fabril cooperativista ainda depende do modo capitalista de produção (SINGER, 1998).

Laville (apud LEITE, 2011) argumentava que a economia solidária tem como particularidade combinar dinâmicas de iniciativas privadas objetivando não o lucro, mas sim o interesse coletivo.

[...] mudanças sociais não implicam absolutamente em alternativas revolucionárias e radicais, em escolhas entre duas formas de sociedades contraditórias, mas se fazem por procedimentos de construção de grupos e de novas instituições ao lado e por cima das antigas. (LEITE, 2009, p. 5)

Coraggio (2000) acredita que as práticas vinculadas a economia de solidariedade podem conviver com a economia capitalista. Ele destaca que o desenvolvimento de uma economia centrada no trabalho (“outra economia”) sem a presunção imediata de substituir a economia centrada no capital, entretanto capaz de disputar com ela de maneira exitosa tanto no mercado nacional quanto no mundial. Para Coraggio (2000), a transformação social a partir de uma “outra economia” não é vista como uma obrigatoriedade, mas sim uma possibilidade, ao contrário de Laville (2001), para o qual ela seria resultado natural do desenvolvimento de experiências cooperativistas. Singer (1998) analisa que as primeiras experiências cooperativas e as atuais constituem um projeto em direção ao socialismo. O que não significava que a economia solidária venha a se impor sobre as outras formas de produção, e assim como Laville (2001) e Coraggio (2000), ele visualiza uma convivência entre as diferentes formas de produção (LEITE, 2009).

Dentre os grandes desafios da economia solidária, mais precisamente do cooperativismo, é que nossa sociedade está calcada em uma cultura individualista e utilitarista pautada por determinados padrões de consumo, de vida, de renda, etc, considerados ideais ou “normais” para uma certa unanimidade.

Outra questão essencial, que impõe dúvida aos limites das experiências associativas, é a dependência ou não do Estado como patrocinador destas atividades. As

convicções que norteiam a economia solidária (resgatam princípios estabelecidos) vêm da cooperativa de Rochdale em 1844 e, por isso, consideravam que as organizações deveriam se desenvolver de maneira autônoma e independente em relação ao Estado. Este modelo deve implantar formas de coordenação e alocação de recursos diferentes à concorrência ou à regulamentação administrativa verificada pela coordenação estatal. (LEITE, 2009).

Reside, em relação ao papel do Estado, uma contradição entre o que pregava os ideais cooperativistas do século XIX e o que vem sendo aplicado, em diversos países, no fomento ao cooperativismo e as redes que envolvem as demais atividades solidárias. Por exemplo, no Brasil, com a eleição do presidente Lula, em 2003, a economia solidária ganha estatuto de política pública federal, ingressando no Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A política governamental tem como essência o auxílio a formação e a coordenação de empreendimentos que buscam ser uma alternativa ao trabalho assalariado. Determinadas experiências mostram que o desenvolvimento da economia solidária e sua integração pode se dar de baixo para cima, por iniciativas de instituições de apoio, sem a interferência direta das autoridades estatais. Alternativa que parece preferível para preservar a autenticidade das organizações solidárias, no que tange a democracia interna e autonomia externa (SINGER, 2000).

Mesmo aos partidários do socialismo de mercado, que defendem a reestruturação da economia como base em cooperativas de trabalhadores, a função do Estado com agente coordenador da integração entre as formas cooperativistas é primordial para reintrodução do associativismo na tradição socialista (RODRÍGUEZ; SOUSA SANTOS, 2002). Nesse sentido, críticas recaem perante a possibilidade dos objetivos socialistas serem realizados por intermédio do mercado, que inevitavelmente produz desigualdade econômica e gere riscos de sociabilidade individualista, efeitos opostos ao socialismo.

Laville, Coraggio e Singer (apud LEITE, 2009) consideram que formas de produção, cuja lógica é diferente daquela baseada na acumulação capitalista, são capazes de se relacionar com o mercado e o Estado.

[...] Se a existência dessas outras formas de economia (economia do trabalho para Coraggio; economia distributiva para Laville; economia socialista para Singer) possuem potencial transformador que poderá levar a uma reforma social mais substantiva é uma questão que fica em aberto. Até o momento, a experiência concreta desses empreendimentos não nos autoriza grandes esperanças seja pela subsunção de muitos deles à economia capitalista (como é o exemplo de Mondragón), seja pelo enfraquecimento das experiências em momentos de ascensão econômica (como é o exemplo da Argentina), seja ainda pela sua dificuldade de se expandir de forma a mudar efetivamente a regulação social como esperam as análises mais otimistas, como

demonstram vários exemplos internacionais, tanto quanto o brasileiro. (LEITE, 2009, p. 8).

3.2 Economia Solidária: proposta alternativa ou mais uma proposta no seio do modo de produção capitalista?

Como já foi dito, a Economia solidária “(re)ssurge” como alternativa de geração de emprego e renda fundada pelos princípios socialistas da gestão democrática e igualdade econômica em um contexto econômico marcado pela ascensão da ideologia neoliberal. Contudo, formas de produção solidária são capazes de superar o atual modelo de desenvolvimento capitalista? Qual é o potencial transformador das atividades que envolvem este setor da economia? Ou será que os empreendimentos solidários são apenas uma solução paliativa ao problema do desemprego e da exclusão social?

Na economia solidária, a posse e o uso dos meios de produção e distribuição não estão separados, inexistente a subordinação do trabalho ao capital. Sem a apropriação da mais-valia pelo capitalista, os trabalhadores-proprietários têm maior incentivo econômico e moral para dedicar seu tempo e esforço ao trabalho, uma vez que eles beneficiam-se diretamente quando a cooperativa prospera. O antagonismo de classes distintas desaparece no seio de produção, gerando benefícios econômicos para seus membros e para a comunidade em geral, que são essenciais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista (SOUSA SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

No entanto, o peso econômico pouco significativo de suas atividades representa uma difícil missão para superar a hegemonia do modo de produção capitalista. A coexistência entre os modos associativo e capitalista de produção dentro da formação social capitalista em um processo que estaria em curso há duzentos anos, quando as primeiras cooperativas socialistas foram formadas na Inglaterra, sugere que experiências sustentadas em uma lógica anticapitalista se adaptam às transformações tecnológicas e às mudanças de demanda do mercado, permanecendo nos “interstícios” da economia capitalista, sem contudo ter conseguido, até o presente momento, transforma-se de modo intersticial em um modelo que vá, pouco a pouco, conquistando a hegemonia.

A economia solidária como modelo de desenvolvimento alternativo, primeiramente, precisa ser mais que um modo de produção anticapitalista, ele tem que reproduzir um modo de vida. O entrave está no fato de que, segundo Harvey (2011), o

principal problema hoje é que o capital é muito poderoso e o trabalho é muito fraco. O capitalismo forja uma sociedade cada vez mais individualista e, conseqüentemente, competitiva em busca dos interesses próprios em detrimento dos coletivos.

Mesmo no cooperativismo “autêntico” há um processo de auto-exploração, na medida que os trabalhadores são forçados a ampliar sua jornada de trabalho e reduzir sua remuneração para elevar a competitividade no mercado ou manter a sobrevivência do empreendimento (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000).

Ademais a possibilidade de instaurar o socialismo a partir de uma sociedade em que os trabalhadores assumem o controle dos meios de produção, tornando-o o modo associativo hegemônico dificilmente acontecerá se os trabalhadores não estiverem preparados e habilitados politicamente e se não houver mudanças em relação ao mercado, como salientado anteriormente, autores como Hobsbawm (2005) levantaram a questão do mercado e/ou de um mecanismo de preços para se pensar uma outra economia.

A germinação de uma nova sociedade passa por uma nova “forma social de produção” que se abriga, contraditoriamente, dentro do modo de produção capitalista (GAIGER, 2003). A autogestão deve ser encarada como uma forma social de produção caracterizada pela lógica da reprodução da vida e não do capital.

O choque cultural com relação a organização e as relações de trabalho entre empresas capitalistas e o cooperativismo impõe uma grande tarefa educacional aos trabalhadores para que os ideais da autogestão e da democracia interna sejam contemplados. Na avaliação de Singer (1998), empresa capitalista e democracia são antípodas, existindo um dilema histórico, em que ou a liberdade do capital destrói a democracia ou esta penetra nas empresas e destrói a liberdade do capital.

A economia solidária não é um modelo que entra em confronto direto com o sistema capitalista, pois não tem por objeto imediato uma articulação política revolucionária (MORAIS; LANZA, 2010). É um modo de organizar a produção que nasce e se desenvolve dentro do sistema capitalista, necessitando do mercado para que haja a circulação de sua produção e se não conseguir ser competitiva tanto quanto uma empresa capitalista está condenada à falência.

Se o modo de produção capitalista, conforme Marx analisou, constitui-se dos elementos e formas materiais dos diversos processos de trabalho, de onde a sociedade age sobre a natureza que os cerca para extrair os meios de sua existência social, e que essa produção tem como premissa a geração de riqueza através da circulação de troca de bens, a

economia solidária não pode ser considerada um modo de produção não capitalista, pois ela não elimina a comercialização de bens, apenas a produção da riqueza. Assim, a economia solidária seria mais um expediente e não um novo modo de produção, cuja a função seria amenizar a exploração desumana ditada pela lógica capitalista (GUARIDO; LERIAS, 2007).

Outra maneira de se pensar é considerar que a exploração consiste no controle do trabalho de quem não é trabalhador. Para que haja exploração deve existir dominação, pois assim separa-se o trabalhador do controle de sua força de trabalho e dos recursos de produção. A dominação é o controle da autoridade, da força, da subjetividade, do conhecimento e do modo de produzir conhecimento. As pessoas só teriam o controle autônomo sobre o seu trabalho, seu conhecimento, a autoridade coletiva e a subjetividade por meio da democracia, uma estrutura de relações sociais na qual a dominação e a exploração são reduzidas e erradicadas (QUIJANO, 2002).

Entendemos que os processos pedagógicos (como práxis educativa), também se constituem como um dos elementos da cultura do trabalho, mediando as condições objetivas e subjetivas do processo produtivo. Tratando-se de uma empresa capitalista ou de uma organização econômica popular, a dinâmica de produção, propriamente dita, é fonte de saberes práticos, adquiridos e produzidos no processo de trabalho. Mas, a dura e crua realidade é que os trabalhadores não detém a posse de tecnologias de ponta, que lhes permitam aumentar seu tempo livre, nem dos fundamentos teóricos-metodológicos, que lhes permitam articular teoria e prática, de modo a encontrar uma forma mais racional e ao mesmo tempo mais humanizada para colocar os meios de produção a seu serviço. Mesmo quando os trabalhadores são proprietários dos meios de produção, é exatamente o monopólio dos dois fatores apontados acima que asseguram à classe dominante sua condição de dominação”. (TIRIBA, 2000, p. 236).

Esse raciocínio fomenta alimenta a ideia que sem uma estrutura de autoridade alternativa à do Estado capitalista não tem como existir nem “economia alternativa” e nem “sistemas alternativos de produção”. Dessa forma, no capitalismo, o Estado aparece como estrutura inalcançável para o modo de produção alternativo.

Dentro de uma fraca participação popular, o poder econômico garante mais visibilidade às propostas da classe dominante. O cooperativismo é visto como forma de socialização da propriedade dos meios de produção, mas ainda não é capaz de conter em si respostas para os dilemas políticos e econômicos que consubstanciam/materializam a ideia de democratização plena da sociedade.

As alternativas de produção não são apenas econômicas, seu potencial transformador depende da integração entre processos econômicos e processos culturais, políticos e sociais. Além do mais, as formas democráticas de produção e comercialização

devem ser estimuladas pelo Estado, coordenando e potencializando iniciativas dentro do território nacional.

A transição da cultura de trabalho do sistema capitalista para a tradição cooperativa requer atividades simultâneas de educação e integração social para que mantenham o entusiasmo dos trabalhadores participantes e criem condições para a participação democrática destes nas tomadas de decisões do empreendimento que são proprietários (RODRÍGUEZ; SOUSA SANTOS, 2002). O trabalho educativo é organizativo e importante para o desenvolvimento de relações sociais fundadas na cooperação para fomentar uma nova cultura de trabalho.

[...] Evidentemente, para os trabalhadores associados, o trabalho é o princípio educativo. O trabalho também é o fim educativo, no entanto não pode ser qualquer trabalho. O fim educativo é a busca pela práxis, de um novo trabalho, de um novo sentido para o trabalho e para a convivência humana. (TIRIBA, 2000, p. 237).

As organizações econômicas solidárias encaram um paradoxo que consiste, de um lado, contrariar a separação capital e trabalho e, por outro, recorrer à ajuda estatal (RODRÍGUEZ; SOUSA SANTOS, 2002). O Estado é visto com desconfiança por iniciativas não capitalistas, mas ele é capaz de oferecer recursos para apoiarem a formação de organizações solidárias e produzir a ampliação dessas atividades no Brasil, propondo políticas estruturais para o problema do desemprego e da pobreza.

O papel da economia solidária junto às comunidades é que experiências locais potencializam a luta política geral, expandindo atividades econômicas que geram novas oportunidades de trabalho, maior democratização da gestão do trabalho, maior valorização das relações humanas e distribuição de renda, acompanhadas, muitas vezes, de caráter educacional e político-ideológico. O processo de trabalho de forma participativa e solidária possibilita a construção de um “comércio justo” ou “mercado solidário” onde se vende produtos de baixo custo a setores populares, englobando produção e comércio alternativos às relações de troca capitalistas.

A dimensão e as potencialidades que o fenômeno da economia de solidariedade e sua capacidade de transformação social podem atingir ainda são incertas, uma vez que a presença de “falsas cooperativas”, funcionando como forma de flexibilização do trabalho e a serviço do capital, distorcem os princípios difundidos por tais experiências, nas quais a colaboração mútua entre trabalhadores, a igualdade (democracia) e o ideal de autogestão não são praticados (LEITE, 2009).

Mas qual seria o papel dessas experiências a longo prazo? Muitas organizações ditas solidárias se formam por motivações imediatistas, de curto prazo, com possibilidade de trabalho, acesso a crédito e políticas públicas. Sem planejamento estratégico e processo formativo, muitos empreendimentos não mantêm o projeto coletivo e solidário a longo prazo. O sucesso dos empreendimentos solidários depende de um processo lento e gradual de mudança na cultura do trabalho combinado de capacitação técnica. Acrescentando-se a isso, o fortalecimento dessas iniciativas ocorre com a união de várias delas, formando redes de apoio. Ademais, a legislação trabalhista carece de normas legais que abarquem o conjunto de trabalhadores, o que implica no crescimento da economia solidária.

A economia solidária representa uma transformação gradual, apoiando-se na necessidade de estabelecendo espaços de solidariedade dentro ou as margens do sistema capitalista. O que tem acontecido é a resistência dos trabalhadores ao capitalismo mediante práticas sociais que conduzam à reapropriação do controle de seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos, bem como de outras instâncias de sua existência social (QUIJANO, 2002).

Como modo de produção intersticial ao capitalismo, a economia solidária ocupará espaços mais ou menos significativos economicamente, mas depende do mercado e do comércio de seus produtos e seus participantes continuarão na condição de classe dominada por aqueles que detêm as tecnologias mais avançadas e o conhecimento, a menos que a democracia, condição de uma revolução social, se transforme em uma estrutura de relações sociais diferente da que vivenciamos hoje.

As experiências inspiradas na economia solidária surgem por iniciativas muito diversas e de uma grande variedade de atores sociais, muitas vezes em parcerias entre sindicatos, organizações não-governamentais, prefeituras e até mesmo empresas privadas. A realidade concreta desfaz ideologicamente uma separação inexistente entre Estado, sociedade e mercado. (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2000, p. 151).

A Economia popular solidária traz uma nova perspectiva para as relações de trabalho e a organização do processo produtivo e busca extinguir a contradição trabalho/capital. Em um mundo de capitalismo avançado, empresas autogestionárias ficariam reduzidas as iniciativas de trabalhadores formados ideologicamente, almejando sair da condição de exploração e precariedade do sistema de trabalho capitalista, seja na cidade, seja no campo.

Enfim, o processo histórico do capitalismo dita um desenvolvimento excludente ancorado na lógica do mercado e que privilegia os rendimentos do capital, que

sem a intervenção do Estado seria impossível promover políticas de distribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais. Nesse sentido, Estado, organizações de fomento à economia solidária e modos de produção associativos devem estar juntos, estimulando suas finalidades, oferecendo dignidade ao trabalhador não apenas para ele sobreviver, mas sim para ele viver.

CONCLUSÕES FINAIS

Após a crise de 2008, o pensamento de tradição marxista (re)insurgiu como uma das formas de se interpretar a economia de nossa época. Nessa conjuntura, países europeus como a Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Portugal adotaram, a partir das premissas impostas pelo FMI, Banco Central Europeu e Alemanha, políticas de austeridade fiscal com corte de gastos e flexibilização das leis de trabalho.

Recorrer à política ortodoxa como remédio as crises do capital daria certo, sendo que nos anos 1990 elas fracassaram economicamente? Quais seriam as alternativas à ideologia neoliberal? Partindo desse ponto, o modo de produção cooperativo tem como princípio básico a ausência do patrão, ou seja, do detentor do capital e dos meios de produção, e a gerência pelos próprios trabalhadores, no qual estes se apropriam de todo o valor resultado do trabalho.

O modelo de Economia Solidária, calcada, sobretudo, no cooperativismo vem absorvendo uma massa de trabalhadores à margem do mercado formal ou que dispensam a exploração das relações capitalistas de trabalho/produção, mas seus empreendimentos tem peso econômico pouco significativo, além de serem pouco percebidos pelo resto da sociedade, apresentando um viés mais comunitário e temporário para muitos indivíduos que querem se realocar em empresas tradicionais, do que propriamente um projeto político de transformação social.

Julgar a economia solidária como uma teoria revolucionária é inconsistente visto que a conjuntura global é dirigida pela acumulação capitalista e pelo fato de muitos governos, mesmo os que se colocam mais à esquerda no espectro político, corresponderem aos anseios dos mercados financeiros, haja vista o posicionamento de vários países latino-americanos.

É difícil imaginar, hoje, o desenvolvimento de práticas que envolvem a economia de solidariedade sem o apoio estatal, diferentemente das problematizações postas pelos precursores do cooperativismo no século XIX. No Brasil, a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) é o exemplo disso e também como resposta ao período neoliberal dos anos de 1990, conhecido como a “década do desemprego”.

Todos os autores que dissertaram sobre a economia solidária são enfáticos em dizer que os resultados ainda são formas de resistência ao desemprego, mas que os resultados são diversos, com empreendimentos tendo sucesso e outros que degeneraram. Porém,

experiências em outros países, como em Mondragón, na Espanha, o Grameen Bank, em Bangladesh, e os clubes de trocas na Argentina demandaram maior tempo de maturação para que tivessem potencial como alternativa transformação e inserção social.

Mas todos os estudiosos do tema exaltam que o processo educativo e a cultura política são os pilares para que a transformações na organização e nas relações de produção sejam concretizadas para se atingir a autogestão e modo de produção cooperativo. A mobilização de trabalhadores requer o apoio, principalmente de sindicatos e incubadoras vinculadas às universidades, transmitindo os conhecimentos não apenas técnicos como também educacionais.

A educação político-ideológico para a formação de cooperativas e empresas solidárias é entrave para os trabalhadores e para a sociedade que se opõe, porque preservam a ideia do modelo socialista soviético e têm receio de construir uma nova *socioeconomia* fundada em valores anticapitalistas.

O estudo da economia solidária resgata às concepções marxistas, dos socialistas utópicos e anarquistas que defendiam um fim da subordinação do trabalho ao capital e a implantação do socialismo.

Assim, pode-se concluir que, embora tenhamos chegado a certas aproximações que permitem dizer que a Economia Solidária não se apresenta como capaz de realizar uma profunda transformação social, nem por isso ela deixa de ter relevância e ser significativa. Tais experiências, frutos da vivência concreta dos sujeitos, deixam marcas importantes em nossa sociedade ao promover solidariedade e autonomia e como demarca Leite (2009, 32/40):

(...) neste sentido, emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um significado extremamente relevante para os trabalhadores que nelas se inserem, despontando como elemento centras à compreensão do novo momento do mundo do trabalho (...). Deste modo sublinha-se a complexidade do tema e a impropriedade de se pensar em termos dualistas seja no sentido de suas potencialidades e virtualidades, seja no de seus limites e vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
- ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Revista Novos Estudos**, nº 91, nov. 2001, p. 23-52.
- BACIC, M. R. **Economia Solidária**. Campinas: ITCP/Unicamp, 2008. 22 p. Texto para Aula. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Economia_Solidaria_Basic.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- BOITO JR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM ECONÔMICO DA FGV, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, 2012, p. 15.
- BRASIL. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). **Dados sobre pobreza e desigualdade**. Brasília, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Dívida e a Inflação: a economia dos anos Figueiredo 1978-1985**. 1. ed. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1985, v. 1, p. 226.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. D (Org). **Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- CARDOSO, E.; FISHLOW, A. **A Macroeconomia da Dívida Externa**. São Paulo: Editora Atica, 1989.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, H. C.; PASCALI, M. J.; PRIMAVERA, H.; WHITAKER, S. O clube de trocas de São Paulo. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CORAGGIO, Política social e economia do trabalho. **Perspectiva**, São Paulo, 2000.
- CORREA, L. O. R. **ECONOMIA POPULAR, SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: o papel da educação de adultos neste novo cenário**. Porto Alegre, p. 19. Disponível em: <http://www.ufgrs.br/faced/pesquisa/niepeeja/pefjat/economia_solidaria_popular.p>. Acesso em: mai. 2014.
- DIAS, G.; POCHMANN, M. A sociedade pela qual se luta. In: GARCIA, M. A.; SADER, E. (Org.). **Brasil entre o Passado e o Futuro**. 1. ed. São Paulo: Boitempo : Fundação Perseu Abramo, v. 1, p. 111-132, 2010.

DINIZ, E. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, G. A. D. (Org.); D'ARAUJO, Maria Celina Soares (Org.). **21 anos de regime militar, balanços e perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994. 309p.

EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: Picanço, I.; Tiriba, L. (Orgs.). **Trabalho e educação** - Arquitetos, Abelhas e Outros Tecelões da Economia Popular Solidária. 1 ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2004, v. 1, p. 167-188.

FERREIRA, E. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxia pedagógica**. São Paulo. Ed. LtR, 2009.

GALLO, A. R.; CARRETTA, R. Y. D.; EID, F. Organização cooperativista popular como alternativa à precarização do trabalho. **Revista da Uniara**, Araraquara, n.8, p. 23-25, 2000.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH (UFBA. Impresso)**, UFBA - Salvador, v. 39, n.39, p. 181-211, 2003.

_____. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=1949>. Acesso em: jun. 2014.

_____. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Brasil: um retrato de la lucha emancipatória de los pobres. **Otra Economía**, v. 1, n. 2, jan./jun. 2008.

GERMER, Claus. A economia solidária: uma crítica marxista. **Outubro**, São Paulo, n. 14, p. 193-214, 2006.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo in _____ **Maquiavel: a política do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 375-413.

GUARIDO, M. C. M.; LÉRIAS, R. A. Economia Social/Solidária: uma alternativa do sistema capitalista. **Cadernos de Educação** (Araraquara), 2007. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/edi4_artigocristina.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para entender O Capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J.C. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930 - 1966). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M (Orgs). **História do marxismo no Brasil**: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. V, p. 103-155.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, Brasília, UNB, v. 16, n. 1-2, jan. 2001.

LEITE, K. C. **A Contra-Reforma Neoliberal do capitalismo e a reestruturação das relações de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

_____. A reestruturação capitalista da sociedade e o ressurgir da economia solidária. **Revista Sociologia e Trabalho**, Araraquara, v. 16, n31, 2011.

_____. **Economia de Comunhão**: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e Estado. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, 2009.

LENIN, V. I. Sobre a cooperação. In: **OBRAS Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

MACARINI, J. P. A Política Econômica do Governo Costa e Silva 1967-1969. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 453-489, 2006.

MAGALHÃES, R. S.; TODESCHINI, R. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, K. LUXEMBURGO, R. LENIN, V. I. PREOBRAJENSKI, E. MAO TSE-TUNG **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1979.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Edições Sociais, v. 1, 1975.

_____. I Congresso da Associação Internacional dos trabalhadores: Instruções para os delegados do conselho geral provisório. As diferentes questões. In: **OBRAS Escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1983. Tomo II.

_____. Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores. In: **OBRAS Escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1983. Tomo II.

_____. **O capital**: livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo Tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 11. ed. São Paulo; Campinas: Unesp; Edições Facamp, 2009.

MORAIS, E. E.; LANZA, F. Economia Solidária: Uma alternativa à relação de exploração capitalista. In: VIII SEPECH - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2010, Londrina. **Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas - SEPECH**. Londrina: UEL, 2010. p. 543-554. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/economia_solidaria_uma_alternativa_a_relacao_de_exploracao_capitalista.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

MOTTA, R. P. S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NAKANO, M. Anteag: a autogestão como marca. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

NAKATANI, P.; OLIVEIRA, F. A. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: Ferreira, M. R J.; Marques, R. M (Orgs.). **O Brasil sob a nova ordem**: A economia brasileira contemporânea - Uma análise dos governos Collor a Lula. 1ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v. 1, p. 21-50.

OLIVEIRA, F. M. C. Hegemonia às avessas. In: BRAGA, R; _____; RIZEK, C (Orgs.). **Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira**. 1ed.São Paulo: Boitempo, v. 1, p. 21-27, 2010.

PAIVA, P. Colloreeconomics. In: FARO, C. J. D. L. D. **Plano Collor, Avaliações e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1990.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SOUSA SANTOS, B (Org). **Produzir para viver**: Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REIS, D. A. Entre Reforma e Revolução: A Trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: _____; RIDENTI, M (Orgs). **História do Marxismo no Brasil**: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. **POLÍTICA PRA QUÊ**: Atuação partidária no Brasil contemporâneo. 6. ed. São Paulo: Atual, 1992.

RODRÍGUEZ, C.; SOUSA SANTOS, B. Introdução: para ampliar o cânone de produção. In: SOUSA SANTOS, B (Org). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SADER, E. S. A esquerda brasileira frente ao Estado. In: HADDAD, F (Org.). **Desorganizando o consenso**. 1. ed. São Paulo: Vozes e Perseu Abramo, v. 1, p. 131-148, 1998.

SINGER, A. V. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 88, p. 89-111, 2010.

SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, v. 1, p. 276.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUSA SANTOS, B (Org). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____; SOUZA, A. R (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, A. R. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

TAVARES, M. C. A. **Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro**. 12. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TIRIBA, L. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: Contradições e Desafios Frente a Crise do Trabalho Assalariado. In: Gaudêncio Frigotto (org). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 189-216.